

Índice

1. Atividades do emissor	
1.1 Histórico do emissor	1
1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas	2
1.3 Informações relacionadas aos segmentos operacionais	3
1.4 Produção/Comercialização/Mercados	4
1.5 Principais clientes	6
1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal	7
1.7 Receitas relevantes no país sede do emissor e no exterior	8
1.8 Efeitos relevantes de regulação estrangeira	9
1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)	10
1.10 Informações de sociedade de economia mista	12
1.11 Aquisição ou alienação de ativo relevante	13
1.12 Operações societárias/Aumento ou redução de capital	14
1.13 Acordos de acionistas	15
1.14 Alterações significativas na condução dos negócios	16
1.15 Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas	17
1.16 Outras informações relevantes	18
2. Comentário dos diretores	
2.1 Condições financeiras e patrimoniais	19
2.2 Resultados operacional e financeiro	27
2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases	28
2.4 Efeitos relevantes nas DFs	29
2.5 Medições não contábeis	30
2.6 Eventos subsequentes as DFs	31
2.7 Destinação de resultados	32
2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs	33
2.9 Comentários sobre itens não evidenciados	34
2.10 Planos de negócios	35
2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional	36
3. Projeções	
3.1 Projeções divulgadas e premissas	37
3.2 Acompanhamento das projeções	38

Índice

4. Fatores de risco	
4.1 Descrição dos fatores de risco	39
4.2 Indicação dos 5 (cinco) principais fatores de risco	42
4.3 Descrição dos principais riscos de mercado	43
4.4 Processos não sigilosos relevantes	44
4.5 Valor total provisionado dos processos não sigilosos relevantes	48
4.6 Processos sigilosos relevantes	49
4.7 Outras contingências relevantes	50
5. Política de gerenciamento de riscos e controles internos	
5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado	51
5.2 Descrição dos controles internos	52
5.3 Programa de integridade	54
5.4 Alterações significativas	57
5.5 Outras informações relevantes	58
6. Controle e grupo econômico	
6.1 Posição acionária	59
6.3 Distribuição de capital	60
6.4 Participação em sociedades	61
6.5 Organograma dos acionistas e do grupo econômico	62
6.6 Outras informações relevantes	63
7. Assembleia geral e administração	
7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal	64
7.1D Descrição das principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal	66
7.2 Informações relacionadas ao conselho de administração	67
7.3 Composição e experiências profissionais da administração e do conselho fiscal	68
7.4 Composição dos comitês	73
7.5 Relações familiares	74
7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle	75
7.7 Acordos/seguros de administradores	76
7.8 Outras informações relevantes	77
8. Remuneração dos administradores	
8.1 Política ou prática de remuneração	78

Índice

8.2 Remuneração total por órgão	80
8.3 Remuneração variável	84
8.4 Plano de remuneração baseado em ações	85
8.5 Remuneração baseada em ações (Opções de compra de ações)	86
8.6 Outorga de opções de compra de ações	87
8.7 Opções em aberto	88
8.8 Opções exercidas e ações entregues	89
8.9 Diluição potencial por outorga de ações	90
8.10 Outorga de ações	91
8.11 Ações entregues	92
8.12 Precificação das ações/opções	93
8.13 Participações detidas por órgão	94
8.14 Planos de previdência	95
8.15 Remuneração mínima, média e máxima	96
8.16 Mecanismos de remuneração/indenização	97
8.17 Percentual partes relacionadas na remuneração	98
8.18 Remuneração - Outras funções	99
8.19 Remuneração reconhecida do controlador/controlada	100
8.20 Outras informações relevantes	101
9. Auditores	
9.1 / 9.2 Identificação e remuneração	102
9.3 Independência e conflito de interesses dos auditores	103
9.4 Outras informações relevantes	104
10. Recursos humanos	
10.1A Descrição dos recursos humanos	105
10.1 Descrição dos recursos humanos	106
10.2 Alterações relevantes	108
10.3 Políticas e práticas de remuneração dos empregados	109
10.4 Relações entre emissor e sindicatos	110
10.5 Outras informações relevantes	111
11. Transações com partes relacionadas	
11.1 Regras, políticas e práticas	112

Índice

11.2 Transações com partes relacionadas	113
11.2 Itens 'n.' e 'o.'	114
11.3 Outras informações relevantes	115
12. Capital social e Valores mobiliários	
12.1 Informações sobre o capital social	116
12.2 Emissores estrangeiros - Direitos e regras	118
12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil	119
12.4 Número de titulares de valores mobiliários	120
12.5 Mercados de negociação no Brasil	121
12.6 Negociação em mercados estrangeiros	122
12.7 Títulos emitidos no exterior	123
12.8 Destinação de recursos de ofertas públicas	124
12.9 Outras informações relevantes	125
13. Responsáveis pelo formulário	
13.0 Identificação	126
13.1 Declaração do diretor presidente	127
13.2 Declaração do diretor de relações com investidores	128
13.3 Declaração do diretor presidente/relações com investidores	129

1.1 Histórico do emissor

1.1 Histórico do emissor

Fundada em 1954, pelo engenheiro Jaime Rotstein, tendo como objetivo inicial executar investigações e sondagens, a Sondotécnica, ao longo dos anos, ampliou rapidamente sua área de atuação, especializando-se em estudos de barragens e ingressando na consultoria para construções de hidrelétrica, tornando-se uma das mais conceituadas empresas de consultoria em engenharia do Brasil. Já são 69 anos de atividades com o reconhecimento de seus clientes e entidades internacionais de financiamento.

Ao longo de sua trajetória evolutiva, a Empresa diversificou seus conhecimentos e ampliou sua atuação para segmentos de estruturas, elaborando projetos para os mais variados fins, desde edifícios até usinas hidrelétricas, pontes, barragens e complexos industriais. Paralelamente, realizou trabalhos de gerenciamento e supervisão,

planos diretores, estudos estratégicos e de viabilidade que se incorporaram ao patrimônio nacional. Foi pioneira nas áreas de hidrologia, oceanografia e transporte de sedimentos.

A SONDOTÉCNICA ocupa hoje lugar de destaque no ranking das consultorias de engenharia, comprovado pelos certificados emitidos pela DNV-GL: ISO 45001:2018, ISO 9001:2015 e ISO 14001:2015, para prestação de serviços de Consultoria e Projetos de Engenharia, Gerenciamento de Empreendimentos, Supervisão e Fiscalização de Obras.

Credenciada pelo RVA, os certificados atestam o Sistema de Gestão Integrada (Qualidade, Meio Ambiente, Segurança e Saúde Ocupacional) praticado pela SONDOTÉCNICA, inclusive em nível internacional, como uma ferramenta de gestão e melhoria contínua, visando a atender satisfatoriamente os requisitos especificados por cada cliente e comprometendo-se com a preservação do meio ambiente, a segurança e a saúde de seus colaboradores.

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

1.2 Descrever sumariamente as atividades principais desenvolvidas pelo emissor e suas controladas

A Empresa realiza serviços de consultoria de engenharia, compreendendo a elaboração de projetos; estudos de escritório e de campo; assessoria, fiscalização e supervisão da execução de projetos e gerenciamento de obras e serviços técnicos, com fornecimento de mão-de-obra. Atua em âmbito nacional nas principais unidades da federação e na área internacional. A subsidiária integral Sondotecnica International Co. é uma empresa de empreendimentos e participação que apoia as operações da Sondotécnica Engenharia de Solos S.A. no exterior. Por sua vez, a Sondotecnica International Co. é única acionista da Sondotecnica USA Corp, que atua em Miami, e tem por objeto a participação em outras sociedades americanas. Nesta data, a Sondotecnica USA Corp detém 50% das ações da STZ Engineering, LLC, também com sede em Miami, com objeto de prestação de serviços de engenharia em Miami. A Sondotécnica Participações Ltda., controlada da Sondotécnica Engenharia de Solos S.A., tem atuação nacional, tem por objeto social a participação em outras sociedades, podendo exercer funções de gestão e administração dos negócios das empresas em que detiver participação acionária. A Sondotécnica Energia S.A. é subsidiária integral da Sondotécnica Participações Ltda, e atua no Brasil, tendo por objeto a consultoria, assessoria, estudo técnico e/ou econômico, projeto básico e de detalhamento de engenharia, dentre outros.

1.3 Informações relacionadas aos segmentos operacionais

1.3. Em relação a cada segmento operacional que tenha sido divulgado nas últimas demonstrações financeiras de encerramento de exercício social ou, quando houver, nas demonstrações financeiras consolidadas, indicar as seguintes informações:

a. produtos e serviços comercializados

- Sondotécnica Engenharia de Solos S/A: serviços de engenharia consultiva

Controladas diretas:

- Sondotécnica Participações Ltda: serviços de engenharia
- Sondotécnica International CO: empreendimentos e participações em outras empresas

b. receita proveniente do segmento e sua participação na receita líquida do emissor

em milhares de reais	2022		2021		2020	
	Receita Líquida	% do total	Receita Líquida	% do total	Receita Líquida	% do total
Mercado Nacional	124.325	87,6%	80.837	98,4%	64.097	99,7%
Exportações	17.535	12,4%	1.297	1,6%	221	0,3%
Receita Total	141.860	100%	82.134	100%	64.318	100%

c. lucro ou prejuízo resultante do segmento e sua participação no lucro líquido da Companhia.

A Companhia teve lucro líquido de R\$ 14.343 mil em 2022, R\$ 13.795 mil em 2021 e R\$ 21.101 mil em 2020, referente exclusivamente às atividades de Engenharia Consultiva.

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

1.4 Em relação aos produtos e serviços que correspondam aos segmentos operacionais divulgados no item 1.3, descrever:

a) características do processo de produção

Item não aplicável, pois as atividades da Companhia caracterizam-se pela prestação de serviços

b) características do processo de distribuição

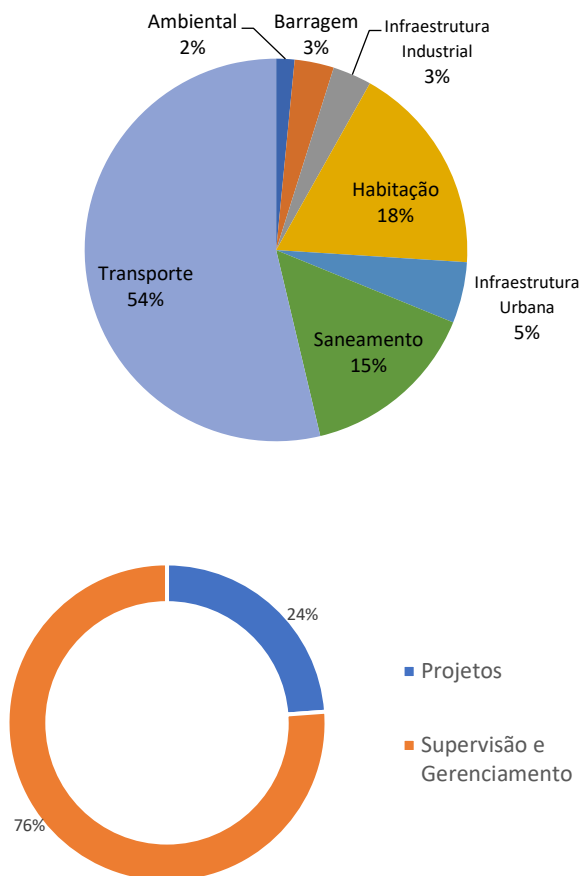
Item não aplicável, pois as atividades da Companhia caracterizam-se pela prestação de serviços

c) características dos mercados de atuação, em especial:

A Companhia realiza serviços de estudos preliminares, planos diretores, estudos de viabilidade, projetos básicos e executivos, supervisões de execução, gerenciamento de projetos e de obras, modelagem e gerenciamento de processos de privatização e concessões, elaboração e coordenação de estudos ambientais e apoio técnico na obtenção das licenças necessárias à implantação e operação de empreendimentos, inspeção de fabricação, especificação técnica, montagem de equipamentos, testes pré-operacionais e comissionamento e assessoria técnica e supervisão de construção, nas áreas de Transporte, Saneamento, Hidráulica, Meio Ambiente, Eletricidade, Petróleo e Gás entre outros.

i. participação em cada um dos mercados

Participação das vendas da Companhia em 2022 por área de atuação e seguimento operacional



1.4 Produção/Comercialização/Mercados

ii. condições de competição nos mercados

A Companhia participa de licitações/convites de serviços voltados para a Área Pública e Privada, através da formação de consórcios ou em atuações individuais.

d) eventual sazonalidade

N/A

e) principais insumos e matérias primas, informando:

- I. descrição das relações mantidas com fornecedores, inclusive se estão sujeitas a controle ou regulamentação governamental, com indicação dos órgãos e da respectiva legislação aplicável
- II. eventual dependência de poucos fornecedores
- III. eventual volatilidade em seus preços

A Companhia não depende de nenhum fornecedor específico para prestação dos seus serviços.

1.5 Principais clientes

1.5 Identificar se há clientes que sejam responsáveis por mais de 10% da receita líquida total do emissor, informando

a) montante total de receitas provenientes do cliente (em milhares de reais):

- Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo – CDHU – receita líquida: R\$ 19.428
- Secretaria Municipal de Habitação de São Paulo - SEHAB receita líquida: R\$ 17.893
- Sinohydro Corporation Ltda – receita líquida R\$ 17.535

b) segmentos operacionais afetados pelas receitas provenientes do cliente

Serviços de engenharia consultiva, elaboração de projetos, fiscalização e supervisão da execução de projetos de terceiros e gerenciamento de obras.

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

1.6 Descrever os efeitos relevantes da regulação estatal sobre as atividades do emissor, comentando especificamente:

- a) necessidade de autorizações governamentais para o exercício das atividades e histórico de relação com a administração pública para obtenção de tais autorizações
- b) principais aspectos relacionados ao cumprimento das obrigações legais e regulatórias ligadas a questões ambientais e sociais pelo emissor
- c) dependência de patentes, marcas, licenças, concessões, franquias, contratos de royalties relevantes para o desenvolvimento das atividades
- d) contribuições financeiras, com indicação dos respectivos valores, efetuadas diretamente ou por meio de terceiros:
 - I. em favor de ocupantes ou candidatos a cargos políticos
 - II. em favor de partidos políticos
 - III. para custear o exercício de atividade de influência em decisões de políticas públicas, notadamente no conteúdo de atos normativos

A Companhia participa de licitações de serviços voltados para o setor público, com a formação de consórcios ou em atuações individuais e, portanto, está sujeita à legislação aplicável ao tipo de serviço contratado e à natureza do órgão contratante, com destaque para a Lei 8666, de 21/06/93.

1.7 Receitas relevantes no país sede do emissor e no exterior

1.7 Em relação aos países dos quais o emissor obtém receitas relevantes, identificar

a) receita proveniente dos clientes atribuídos ao país sede do emissor e sua participação na receita líquida total do emissor (em milhares de reais):

- País: Brasil

Receita líquida R\$ 124.325

%Receita líquida: 87,6%

b) receita proveniente dos clientes atribuídos a cada país estrangeiro e sua participação na receita líquida total do emissor (em milhares de reais):

- País: Angola

Receita líquida R\$ 17.535

%Receita líquida: 12,4%

1.8 Efeitos relevantes de regulação estrangeira

1.8 Em relação aos países estrangeiros divulgados no item 1.7, descrever impactos relevantes decorrentes da regulação desses países nos negócios do emissor

A Companhia executa trabalhos no exterior (atualmente, há um contrato em execução em Angola) os quais estão sujeitos à legislação de suas respectivas jurisdições, como, por exemplo, normas locais de natureza concorrencial, ambiental, societária e anticorrupção.

1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)

1.9 Em relação a informações ambientais, sociais e de governança corporativa (ASG), indicar:

As responsabilidades social e ambiental e a governança são entendidas pela Companhia como um pilar estratégico para impulsionar a geração de valor no médio e longo prazo para seus *stakeholders*, como acionistas, clientes, sociedade e colaboradores. Nossa cultura de ASG permeia toda a cadeia de negócios e é impulsionada por uma estrutura de gestão dedicada a avaliar riscos, oportunidades de melhoria, além de mensurar os impactos ambientais, sociais e econômicos de nossas operações. O conjunto de políticas corporativas em vigor cria a base para que a gestão dos 03 (três) pilares sustentabilidade ocorra de forma homogênea e em linha com os objetivos estratégicos da Companhia. Tais políticas (como Compliance e Anticorrupção, e Contratação de Terceiros), assim como o Código de Ética e Conduta, são periodicamente revisadas para promover a atualização frente às melhores práticas, acompanhando a legislação em vigor. Algumas das políticas da Companhia podem ser acessadas em seu site (www.sondotecnica.com.br), na área de Compliance.

a) se o emissor divulga informações ASG em relatório anual ou outro documento específico para esta finalidade

Será apresentado o primeiro relatório no exercício corrente.

b) a metodologia ou padrão seguidos na elaboração desse relatório ou documento.

Seguirá as melhores práticas do mercado de atuação da Companhia.

c) se esse relatório ou documento é auditado ou revisado por entidade independente, identificando essa entidade, se for o caso

O relatório não será auditado ou revisado por entidade independente.

d) a página na rede mundial de computadores onde o relatório ou documento pode ser encontrado

Será disponibilizado no site da Companhia (www.sondotecnica.com.br), na área de Responsabilidade Social.

e) se o relatório ou documento produzido considera a divulgação de uma matriz de materialidade e indicadores-chave de desempenho ASG, e quais são os indicadores materiais para o emissor

O relatório ainda está em elaboração, mas considerará uma matriz de materialidade e indicadores-chave de desempenho ASG.

f) se o relatório ou documento considera os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) estabelecidos pela Organização das Nações Unidas e quais são os ODS materiais para o negócio do emissor

Sim. A Companhia aderiu em 2022 ao Pacto Global das Nações Unidas.

1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)

g) se o relatório ou documento considera as recomendações da Força-Tarefa para Divulgações Financeiras Relacionadas às Mudanças Climáticas (TCFD) ou recomendações de divulgações financeiras de outras entidades reconhecidas e que sejam relacionadas a questões climáticas

O relatório de 2023 não considerará. A Companhia tem como meta considerar essa abordagem em até 03 (três) anos.

h) se o emissor realiza inventários de emissão de gases do efeito estufa, indicando, se for o caso, o escopo das emissões inventariadas e a página na rede mundial de computadores onde informações adicionais podem ser encontradas

A Companhia ainda não realiza tais inventários.

i) explicação do emissor sobre as seguintes condutas, se for o caso:

- I. a não divulgação de informações ASG
- II. a não adoção de matriz de materialidade
- III. a não adoção de indicadores-chave de desempenho ASG
- IV. a não realização de auditoria ou revisão sobre as informações ASG divulgadas
- V. a não consideração dos ODS ou a não adoção das recomendações relacionadas a questões climáticas, emanadas pela TCFD ou outras entidades reconhecidas, nas informações ASG divulgadas
- VI. a não realização de inventários de emissão de gases do efeito estufa

Não aplicável. Todos os esclarecimentos foram prestados nos itens anteriores.

1.10 Informações de sociedade de economia mista

1.10 Indicar, caso o emissor seja sociedade de economia mista:

A Empresa não é sociedade de economia mista.

1.11 Aquisição ou alienação de ativo relevante**1.11 Indicar a aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios do emissor**

Não houve, nos três últimos exercícios sociais, aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal dos negócios da Companhia.

1.12 Operações societárias/Aumento ou redução de capital

1.12 Indicar operações de fusão, cisão, incorporação, incorporação de ações, aumento ou redução de capital envolvendo o emissor e os documentos em que informações mais detalhadas possam ser encontradas

Não houve a realização de operações de fusão, cisão, incorporação, incorporação de ações, aumento ou redução de capital.

1.13 Acordos de acionistas

1.13 Indicar a celebração, extinção ou modificação de acordos de acionistas e os documentos em que informações mais detalhadas possam ser encontradas

Não há acordo de acionistas em vigor, razão pela qual não há que se falar em celebração, extinção ou modificação de instrumento dessa natureza.

1.14 Alterações significativas na condução dos negócios

1.14 Indicar alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor

Não houve alterações significativas na forma de condução dos negócios da Companhia

1.15 Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas**1.15 Identificar os contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais**

Não houve contratos relevantes celebrados pela Companhia e/ou suas controladas com terceiros não diretamente relacionados com suas atividades operacionais.

1.16 Outras informações relevantes

1.16 Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Não existem outras informações que possam ser consideradas relevantes.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

2.1. Os diretores devem comentar sobre:

a) condições financeiras e patrimoniais gerais

A administração entende que a Companhia apresenta condições financeiras e patrimoniais para manter seu plano de negócios e cumprir suas obrigações de curto e médio prazos. O capital de giro atende suas atuais exigências e os seus recursos de caixa são suficientes para atender o financiamento de suas atividades e cobrir sua necessidade de recursos.

b) estrutura de capital

A estrutura de capital da Companhia para financiar suas operações e investimentos é composta por recursos (caixa) oriundos de capital próprio. No quadro abaixo, apresentamos alguns indicadores, com base nos resultados dos três últimos exercícios sociais:

	Controladora		
	Em 31 de dezembro de		
	2022	2021	2020
	(Em milhares de reais)		
Ativo Circulante	53.034	42.386	47.195
Ativo Realizável de LP	16.883	21.071	22.351
Ativo Total	98.601	96.083	97.595
Passivo Circulante	23.871	19.593	17.897
Passivo não Circulante	11.942	10.687	9.707
Patrimônio Líquido	62.788	65.803	69.991
Passivo Total	98.601	96.083	97.595
Índice de Liquidez Geral ¹	1,95	2,10	2,52
Índice de Solvência Geral ²	2,8	3,2	3,5
EBITDA	26.699	18.135	21.994

¹ (Ativo Circulante+Ativo Realizável de LP) / (Passivo Circulante + Passivo Não Circulante)

² Ativo Total / (Passivo Circulante + Passivo Não Circulante)

c) capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Considerando a posição de liquidez da Companhia, acreditamos que temos recursos de capital disponíveis em montante suficiente para cobrir investimentos, despesas, e outros valores a serem pagos nos próximos anos, embora nós não possamos garantir que tal situação permanecerá igual. Caso entendamos necessário contrair empréstimos para financiar nossos investimentos contratuais ou aquisições, acreditamos ter capacidade para contratá-los. A Sondotécnica não possuía financiamentos contraídos ao final do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

d) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizados.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

A Empresa opera exclusivamente com recursos próprios para financiamento do capital de giro necessário para dar sustentação às suas atividades. As reservas de caixa continuam, a exemplo do que vem ocorrendo em anos anteriores, lastreadas em aplicações com alta liquidez.

e) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

A Empresa não apresenta deficiência de liquidez e opera com os recursos provenientes da geração de caixa resultante das suas atividades operacionais.

A Administração entende que a Companhia possui disponibilidade de caixa em nível apropriado para financiar seu capital de giro e investimentos.

f) níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

I. contratos de empréstimo e financiamento relevantes

A Companhia não possui recursos oriundos de empréstimos e financiamentos.

II. outras relações de longo prazo com instituições financeiras.

A Empresa não recorre a financiamentos de qualquer espécie, oriundos de instituições financeiras.

III. grau de subordinação entre as dívidas.

Não existe qualquer grau de subordinação entre dívidas. Os direitos de recebimento relacionados aos compromissos financeiros da Empresa são iguais.

IV. eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições.

Não existem restrições, de qualquer espécie, relacionadas ao nível de endividamento, contratação de novas dívidas, alienação de ativos e emissão de valores mobiliários. Da mesma forma, não existem restrições à distribuição de dividendos e à alienação do controle acionário, que estão, exclusivamente, subordinados à regulamentação estatutária.

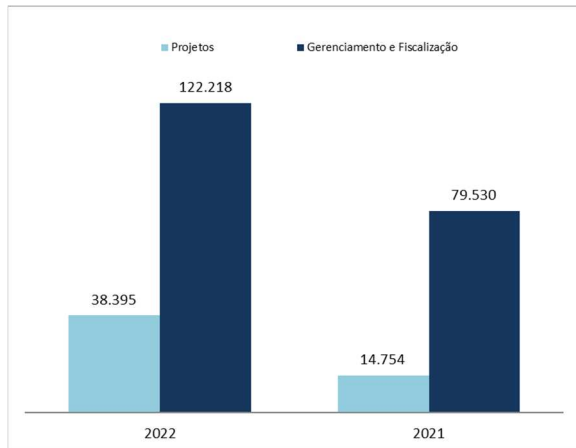
g) limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

A Companhia não tem financiamentos contratados.

h) alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

Receita bruta (em milhares de reais):

2.1 Condições financeiras e patrimoniais



A receita operacional bruta da Companhia, composta por receita de prestação de serviços, totalizou R\$ 160.613 no período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2022, traduzindo um acréscimo de 70,4% em relação aos R\$ 94.284 registrados no mesmo período de 2021.

Os contratos de gerenciamento e fiscalização registraram um acréscimo de 53,7% na receita, no período acumulado de doze meses de 2022 contra o mesmo período de 2021 passando de R\$ 79.530 em 2021, para R\$ 122.218 em 2022, da mesma forma os contratos de projetos registraram acréscimo de 160,2% no comparativo do mesmo período, passando de R\$ 14.754 em 2021 para R\$ 38.395 em 2022, consolidando a perspectiva de crescimento desta linha de negócios.

Custos e Despesas (excluindo depreciação e amortização) Em milhares de reais

	Controladora			Consolidado		
	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021	Variação	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021	Variação
Custos						
Mão de obra	(25.536)	(20.036)	27%	(25.536)	(20.036)	27%
Encargos trabalhistas	(8.280)	(6.742)	23%	(8.280)	(6.742)	23%
Benefícios trabalhistas	(3.055)	(1.951)	57%	(3.055)	(1.951)	57%
Serviços prestados pessoa jurídica	(38.293)	(20.110)	90%	(38.293)	(20.110)	90%
Outros Custos	(7.089)	(3.917)	81%	(7.089)	(3.917)	81%
	(82.252)	(52.755)	56%	(82.252)	(52.755)	56%
Despesas operacionais						
Mão de obra	(5.082)	(4.399)	16%	(5.082)	(4.399)	16%
Encargos trabalhistas	(1.386)	(1.148)	21%	(1.386)	(1.148)	21%
Benefícios trabalhistas	(2.014)	(1.582)	27%	(2.014)	(1.582)	27%
Serviços prestados pessoa jurídica	(10.470)	(6.567)	59%	(10.470)	(6.567)	59%
Despesas Administrativas	(12.690)	(3.600)	252%	(17.517)	(4.367)	301%
	(31.642)	(17.296)	83%	(36.469)	(18.063)	102%
	(113.894)	(70.051)	63%	(118.721)	(70.818)	68%
Receitas operacionais						
Outras Receitas	985	4.893	-80%	985	4.893	-80%
Custos e despesas, excluindo depreciação e amortização	(112.909)	(65.158)	73%	(117.736)	(65.925)	79%

No quadro acima de custos e despesas (excluindo depreciação e amortização), as linhas de “Custos” e “Despesas Operacionais” tiveram um acréscimo de 73% (79% no Consolidado), totalizando R\$ 112.909 no período de doze meses de 2022 contra R\$ 65.158 no mesmo período de 2021 (R\$ 117.736 em 2022 e R\$ 65.925 em 2021, no Consolidado), acompanhando o crescimento operacional da Companhia.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

EBITDA

Período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2022:

	Controladora			Consolidado		
	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021	Variação	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021	Variação
Resultado Líquido do Período	14.343	13.794	4%	14.344	13.795	4%
(+) imposto sobre o lucro	10.455	4.124	154%	10.553	4.144	155%
(-) resultado financeiro	(103)	(1.490)	-93%	(2.777)	(3.436)	19%
(+) depreciação e amortização	2.004	1.707	17%	2.004	1.707	17%
EBITDA	26.699	18.135	47%	24.124	16.210	49%

O aumento no EBITDA é reflexo do crescimento das vendas da Companhia no exercício de 2022 e respectivo crescimento operacional no período, comparado com o ano anterior.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Resultado Financeiro

Período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2022:

	Controladora			Consolidado		
	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021	Variação	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021	Variação
Receitas Financeiras	4.748	3.901	22%	7.514	5.992	25%
Despesas Financeiras	(4.645)	(2.411)	93%	(4.737)	(2.556)	85%
	103	1.490	-93%	2.777	3.436	-19%

O resultado financeiro obtido nas operações com ativos financeiros indexados ao dólar americano, foi impactado pela depreciação do dólar frente ao real e pelos ganhos e perdas apurados no período, devido ao mix da carteira de investimentos mantida pela Companhia e sua investida no exterior.

Lucro do período

A Companhia encerrou o período de doze meses de 2022 com lucro líquido de R\$ 14.343 (lucro de R\$ 13.794 no mesmo período de 2021), aumento de 3,98% em relação a 2021.

Análise das principais contas do ativo

Em milhares de reais

	Controladora			Consolidado		
	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021	AH (%)	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021	AH (%)
Ativos						
Circulante						
Caixa e equivalente de caixa	8.859	6.162	44%	10.713	8.883	21%
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	15.860	18.715	-15%	19.722	22.495	-12%
Contas a receber de clientes	27.745	17.049	63%	27.745	17.049	63%
Tributos a recuperar	188	149	26%	681	679	0%
Outros Ativos	382	311	23%	433	311	39%
	53.034	42.386	25%	59.294	49.417	20%
Não Circulante						
Realizável a longo prazo						
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	266	1.051	-75%	368	6.925	-95%
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	10.131	11.119	-9%	26.550	25.112	6%
Contas a Receber de Clientes	3.717	7.215	-48%	3.717	7.215	-48%
Outros ativos	2.769	1.686	64%	2.769	1.686	64%
	16.883	21.071	-20%	33.404	40.938	-18%
Investimentos	22.670	26.785	-15%	42	50	-16%
Direito de Uso de Arrendamento	2.067	3.269	-37%	2.067	3.269	-37%
Imobilizado	2.548	1.668	53%	2.555	1.670	53%
Intangível	1.399	904	55%	1.399	904	55%
	45.567	53.697	-15%	39.467	46.831	-16%
Total de ativos	98.601	96.083	3%	98.761	96.248	3%

Caixa e equivalentes de caixa: em 2022, os valores representativos da conta caixa e equivalentes de caixa atingiram R\$ 8.859 (R\$ 10.713 no Consolidado), o que corresponde a um acréscimo de 44% em relação a 2021 (21% no Consolidado).

Ativos Financeiros ao Valor Justo por Meio do Resultado e Ativos Financeiros ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes: Referem-se a aplicações financeiras mantidas no exterior.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Contas a Receber de Clientes: totalizaram R\$ 27.745 no curto prazo e R\$ 3.717 no longo prazo, no ano de 2022 (em 2021 17.049 e R\$ 7.215, respectivamente curto e longo prazo). O acréscimo nas contas a receber de curto prazo é consequência do aumento na receita de vendas no ano.

Investimentos: o saldo dos investimentos refere-se à participação da Companhia em empresas controladas e apresentaram uma redução de 15% em 31.12.2022 em comparação a 31.12.2021, reflexo da depreciação do dólar americano em relação ao real sobre o investimento na Sondotécnica Internacional Co.

Nos quadros a seguir, apresentamos a relação das empresas controladas e os percentuais de participação da Sondotécnica:

		Controladora		Consolidado	
	PAÍS	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Investimento em controladas					
Sondotécnica Participações LTDA	Brasil	3.898	3.764	-	-
Sondotécnica Internacional Co.	Ilhas Cayman	18.772	23.021	-	-
C4I Gestão de Recursos LTDA	Brasil	-	-	50	50
Sondotécnica Energia S.A.	Brasil	-	-	(8)	-
		22.670	26.785	42	50

	Sondotécnica Participações	Sondotécnica Internacional
Em 31 de dezembro de 2022		
Percentual de participação da Companhia na controlada	99,517%	100,00%
Total de ativos	3.971	18.859
Total de passivos	72	87
Patrimônio líquido	3.782	21.187
Lucro líquido (prejuízo)	117	(2.415)
Em 31 de dezembro de 2021		
Percentual de participação da Companhia na controlada	99,517%	100,00%
Total de ativos	3.834	23.115
Total de passivos	52	93
Patrimônio líquido	3.782	23.022
Lucro líquido (prejuízo)	89	1.126

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Análise das Principais Contas do Passivo Em milhares de reais

	Controladora			Consolidado		
	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021	AH (%)	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021	AH (%)
Passivo e patrimônio líquido						
Circulante						
Fornecedores e outras obrigações	1.610	472	241%	1.610	472	241%
Salários e encargos sociais	6.555	5.231	25%	6.555	5.231	25%
Impostos e contribuições a pagar	7.507	6.397	17%	7.530	6.399	18%
Parcelamento de tributos federais	299	214	40%	299	214	40%
Dividendos a pagar	4.300	4.027	7%	4.300	4.027	7%
Arrendamento Mercantil	1.131	1.160	-3%	1.131	1.160	-3%
Outros passivos	2.469	2.092	18%	2.605	2.237	16%
	23.871	19.593	22%	24.030	19.740	22%
Não circulante						
Arrendamento Mercantil	858	2.032	-58%	858	2.032	-58%
Parcelamento de tributos federais	1.527	1.346	13%	1.527	1.346	13%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	5.507	6.323	-13%	5.507	6.323	-13%
Provisão para contingências	4.050	986	311%	4.050	986	311%
	11.942	10.687	12%	11.942	10.687	12%
Total do passivo	35.813	30.280	18%	35.972	30.427	18%
Patrimônio líquido						
Atribuído aos acionistas da Controladora						
Capital social	34.200	34.200	0%	34.200	34.200	0%
Ajuste de avaliação patrimonial	9.039	10.528	-14%	9.039	10.528	-14%
Reserva de lucros	20.597	22.123	-7%	20.597	22.123	-7%
Ações em tesouraria	(1.048)	(1.048)	0%	(1.048)	(1.048)	0%
Total do patrimônio líquido atribuível aos controlad	62.788	65.803	-5%	62.788	65.803	-5%
Participações de não controladores						
	-	-		1	18	-94%
Total do patrimônio líquido	62.788	65.803	-5%	62.789	65.821	-5%
Total do passivo e do patrimônio líquido	98.601	96.083	3%	98.761	96.248	3%

Salários e encargos sociais: em 31.12.2022 o saldo de salários e encargos sociais era de R\$ 6.555, correspondendo a um aumento de 25% em relação a 31.12.2021, reflexo do aumento nas operações da Companhia no ano.

Impostos e contribuições sociais a pagar: no quadro a seguir, temos a composição do saldo de impostos e contribuições a pagar:

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
PIS / COFINS	3.444	2.276	3.444	2.276
ISSQN	1.590	1.212	1.590	1.212
IRPJ / CSLL	1.338	2.136	1.361	2.138
Outros	1.135	773	1.135	773
	7.507	6.397	7.530	6.399

Dividendos a pagar: o total dos dividendos mínimos obrigatórios relativos ao exercício findo em 31.12.2022 foi de R\$3.586 (em 31.12.2021, R\$ 3.329).

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Na tabela abaixo, apresentamos o total de dividendos pagos nos três últimos exercícios sociais:

	2022	2021	2020
Dividendos a Pagar	R\$ 14.343	R\$ 15.612	R\$ 20.045
Data da AGO de aprovação dos dividendos	28/04/2023	29/04/2022	30/04/2021
Data do Pagamento	17/05/2023	18/05/2022	17/05/2021

2.2 Resultados operacional e financeiro

2.2. Os diretores devem comentar:

a) resultados das operações do emissor, em especial:

I. descrição de quaisquer componentes importantes da receita

As receitas geradas pela atividade empresarial da Sondotécnica, no exercício de 2022, originaram-se de contratos de prestação de serviços.

II. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

A receita operacional bruta da Companhia, composta por receita de prestação de serviços, totalizou R\$ 160.613 no período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2022, traduzindo um acréscimo de 70,4% em relação aos R\$ 94.284 registrados no mesmo período de 2021.

b) variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços.

Não ocorreram, no período sob análise, variações de receitas significativas decorrentes de modificações de preços, taxas de câmbio, inflação e introdução de novos serviços. No caso das flutuações de preços decorrentes do processo inflacionário, os contratos da Companhia contêm cláusulas de correção (coluna 39 da FGV, IPCA e reajuste equivalente ao percentual de dissídio da categoria); as operações afetadas, eventualmente, por alterações cambiais não são representativas no portfólio da Sondotécnica.

c) impactos relevantes da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

As oscilações no câmbio, devido à desvalorização do dólar americano frente ao real ao final do ano, reduziram os ganhos com variação cambial nas aplicações da Companhia, gerando o Resultado Financeiro Líquido de R\$ 103 na Controladora e R\$ 2.777 no Consolidado (2021 - R\$ 1.490 e R\$ 3.436, respectivamente).

2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

2.3 – Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

Os diretores devem comentar:

a. mudanças significativas nas práticas contábeis.

Não houve mudanças em normas e/ou mudanças significativas nas práticas contábeis com impacto significativo nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia.

A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

b. efeitos significativos das alterações em práticas contábeis.

Não houve alterações nas práticas contábeis adotadas pela Companhia.

c. opiniões modificadas e ênfases presentes no relatório do auditor

Não houve ressalvas no parecer dos auditores independentes da Companhia referentes às demonstrações financeiras consolidadas ou individuais de 2022.

2.4 Efeitos relevantes nas DFs

2.4. Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor em seus resultados:

a) introdução ou alienação de segmento operacional.

Não ocorreram fatos dessa natureza no período de que trata este documento.

b) constituição, aquisição ou alienação de participação societária.

Não ocorreram fatos dessa natureza no período de que trata este documento.

c) eventos ou operações não usuais.

Não ocorreram fatos dessa natureza no período de que trata este documento.

2.5 Medições não contábeis

2.5. Caso o emissor tenha divulgado, no decorrer do último exercício social, ou deseje divulgar neste formulário medições não contábeis, como Lajida (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) ou Lajir (lucro antes de juros e imposto de renda), o emissor deve:

- informar o valor das medições não contábeis
- fazer as conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas
- explicar o motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações

EBITDA

Período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2022
Em milhares de reais

	Controladora			Consolidado		
	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021	Variação	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021	Variação
Resultado Líquido do Período	14.343	13.794	4%	14.344	13.795	4%
(+) imposto sobre o lucro	10.455	4.124	154%	10.553	4.144	155%
(-) resultado financeiro	(103)	(1.490)	-93%	(2.777)	(3.436)	19%
(+) depreciação e amortização	2.004	1.707	17%	2.004	1.707	17%
EBITDA	26.699	18.135	47%	24.124	16.210	49%

A inclusão de informações sobre o EBITDA visa apresentar uma informação adicional como medida do desempenho econômico operacional, refletindo a visão da administração sobre geração de recursos de suas atividades operacionais. O EBITDA é formado pelo lucro (prejuízo) líquido acrescido ou diminuído do imposto de renda e da contribuição social, correntes e diferidos, resultado financeiro e depreciação e amortização do período.

No exercício de 2022 a geração de caixa operacional pelo conceito EBITDA, calculado segundo as disposições da Resolução CVM 156/2022, atingiu R\$ 26.699, representando 18,8% da receita operacional líquida do ano da Controladora e R\$ 24.124 no Consolidado, equivalentes a 17% da receita operacional líquida em 2022. Este indicador de formação de caixa operacional não sofre impacto em razão dos benefícios tributários, ou seja, a variação entre os períodos se dá com base sobre o Resultado Operacional.

2.6 Eventos subsequentes as DFs

2.6 Identificar e comentar qualquer evento subsequente às últimas demonstrações financeiras de encerramento de exercício social que as altere substancialmente

Não ocorreram, até a presente data, eventos que pudessem alterar de forma significativa as demonstrações contábeis, bem como as operações da Companhia.

2.7 Destinação de resultados

2.7. Os diretores devem comentar a destinação dos resultados sociais, indicando:

a. regras sobre retenção de lucros; b. regras sobre distribuição de dividendos:

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, as seguintes regras se aplicam:

“Artigo 33: Do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, os prejuízos acumulados e a provisão para o imposto sobre a renda.

Artigo 34: Dos lucros que remanescerem, depois de deduzidas as participações de que trata o artigo 33, retro, será destacada uma cota de até 10% (dez por cento) para participação dos Administradores, cujo rateio entre seus membros será decidido em reunião específica do Conselho de Administração observado o que dispõe o Artigo 152 e seus parágrafos, da Lei nº6.404 de 15/12/76.”

c. periodicidade das distribuições de dividendos

Os dividendos são distribuídos aos acionistas conforme deliberação da Assembleia geral ordinária da Companhia que deliberará sobre a destinação do lucro líquido do exercício.

De acordo com o Artigo 32, parágrafo primeiro do Estatuto Social “a Companhia poderá, por proposta da Diretoria e deliberação de seu Conselho de Administração, levantar balanço semestral ou em períodos menores e distribuir dividendos e pagar juros sobre capital próprio à conta dos lucros apurados nesse balanço, respaldado pelo disposto no art. 204 da Lei nº 6.404/76” e no parágrafo segundo “da mesma forma, por proposta da Diretoria, o Conselho de Administração da Companhia poderá, ainda, declarar dividendos intermediários e pagar juros sobre capital próprio a conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral. Tanto estes dividendos, como o dividendo semestral e os juros sobre capital próprio previstos neste parágrafo e no parágrafo 1º deste artigo, serão sempre considerados como antecipação do dividendo mínimo obrigatório”.

No entanto, a Companhia mantém a periodicidade anual para a distribuição de dividendos.

d. eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais

Não há restrições à distribuição de dividendos.

e. se o emissor possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, informar órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado.

A Companhia segue o que dispõe no Estatuto Social e Lei 6.404/76.

2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs

2.8. Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:

a) Os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*), tais como:

- i. Carteiras de recebíveis baixadas sobre quais a entidade não tenha retido nem transferido os riscos e benefícios da propriedade do ativo transferido, indicando respectivos passivos

Não há.

- ii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

Não há.

- iii. contratos de construção não terminada

Não há.

- iv. contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Não há.

b) Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras:

Não há.

2.9 Comentários sobre itens não evidenciados

2.9 Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 2.8, os diretores devem comentar: **a)** como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor; **b)** natureza e o propósito da operação; **c)** natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação.

Não aplicável.

2.10 Planos de negócios

2.10. Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

a) Investimentos, incluindo:

i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos:

Não há investimentos em andamento ou investimentos previstos a declarar.

ii. fontes de financiamento dos investimentos:

Nada a declarar.

iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos:

Nada a declarar.

b) Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor:

Nada a declarar.

c) Novos produtos e serviços:

A Sondotécnica foi uma das primeiras empresas brasileiras a utilizar em larga escala a metodologia BIM em seus projetos, na busca da excelência em seus serviços e segue mantendo-se atualizada com as melhores práticas e ferramentas aplicáveis ao seu negócio.

d) Oportunidades inseridas no plano de negócios do emissor relacionadas a questões ASG

A Companhia vem, desde 2021, endereçando as demandas relacionadas a ASG, mapeamento as ações críticas e de implantação no curto prazo, além de prever no plano de negócios iniciativas do tema para desenvolvimento, implantação e monitoramento em 2022, 2023 e 2024. Em 2022, a Companhia aderiu ao Pacto Global da ONU, como mais uma das várias atividades a serem desempenhadas com foco em ASG.

Assim como o Programa de Compliance da Companhia foi implementado com o auxílio da KPMG, a Companhia conhece e valoriza o tema ASG e os endereça em suas rotinas e processos internos e externos.

2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional

2.11. Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção

Todos os fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional foram comentados nos itens anteriores.

3.1 Projeções divulgadas e premissas

3.1 As projeções devem identificar:

- a. objeto da projeção
- b. período projetado e o prazo de validade da projeção
- c. premissas da projeção, com a indicação de quais podem ser influenciadas pela administração do emissor e quais escapam ao seu controle
- d. valores dos indicadores que são objeto da previsão

A Companhia não divulga projeções de qualquer natureza (inclusive operacionais ou financeiras) relacionadas à Companhia ou às suas atividades.

3.2 Acompanhamento das projeções

3.2 Na hipótese de o emissor ter divulgado, durante os 3 últimos exercícios sociais, projeções sobre a evolução de seus indicadores:

- a) informar quais estão sendo substituídas por novas projeções incluídas no formulário e quais delas estão sendo repetidas no formulário
- b) quanto às projeções relativas a períodos já transcorridos, comparar os dados projetados com o efetivo desempenho dos indicadores, indicando com clareza as razões que levaram a desvios nas projeções
- c) quanto às projeções relativas a períodos ainda em curso, informar se as projeções permanecem válidas na data de entrega do formulário e, quando for o caso, explicar por que elas foram abandonadas ou substituídas

A Companhia não divulgou, durante os 3 últimos exercícios sociais, projeções sobre a evolução de seus indicadores.

4.1 Descrição dos fatores de risco

4.1 Descrever os fatores de risco com efetivo potencial de influenciar a decisão de investimento, observando as categorias abaixo e, dentro delas, a ordem decrescente de relevância

a) emissor

a.1 Decisões desfavoráveis em processos judiciais ou administrativos

A Companhia é parte em processos nas esferas judicial e administrativa, incluindo ações indenizatórias, trabalhistas e fiscais, estes processos em caso de perda, podem representar pagamentos substanciais de indenizações e impactar o fluxo de caixa da empresa.

a.2 Contratação e Retenção de Talentos

A dificuldade de contratar pessoal técnico qualificado e reter talentos pode significar um risco operacional para a companhia.

a.3 Seguros

A Companhia está sujeita a perdas não cobertas pelos seguros contratados, bem como a dificuldades para contratação de apólices, o que poderá gerar efeitos adversos sobre seus negócios. As apólices de seguro em vigor têm limites máximos de indenização, limites no montante de cada cobertura e exclusões de cobertura; portanto, podem não cobrir todos os riscos aos quais a Companhia está sujeita. Além disso, apólices de seguro para cobrir todos os riscos podem não estar disponíveis para contratação ou podem prever o pagamento de prêmios significativamente altos. A Companhia não pode garantir que renovará as atuais apólices de seguro ou as renovará em condições economicamente favoráveis. Se qualquer risco se materializar e não for coberto, ou for parcialmente coberto, a Companhia poderá incorrer em custos adicionais para reparar ou substituir ativos ou para indenizar terceiros, o que afetará adversamente nossos resultados operacionais. Caso não seja possível renovar as apólices de seguro ou caso a Companhia incorra em perdas que não estejam totalmente cobertas pelas apólices em vigor, a Companhia poderá ser afetada de forma adversa.

a.4 Consórcios

A Companhia celebra, com outras empresas, consórcio de sociedades para participar de licitações, e, em caso de adjudicação do contrato, o cumprimento de obrigações perante órgãos públicos ou privados. A capacidade da Companhia de influenciar as atividades em contratos nas quais não tem a participação majoritária pode ser limitada. Portanto, o poder decisório da Companhia, nos consórcios em que não é líder, pode ser limitada. Além disso, a Companhia pode ser negativamente afetada por falhas de desempenho dos outros membros do consórcio. Nossa capacidade de influenciar as operações dos consórcios nos quais participamos está diretamente relacionada ao nosso percentual de participação e ao quórum necessário para tomar decisões. Além disso, dependemos dos relatórios de despesas da consorciada líder para efetuar os pagamentos de nossa participação. As líderes podem atrasar o envio de informações relativas às despesas, dificultando o acompanhamento dos custos pelos quais somos responsáveis. Outros membros dos consórcios que participamos podem não cumprir suas obrigações de pagar as chamadas de capital exigidas. Nessa hipótese, a Companhia poderá ser obrigada a contribuir total ou parcialmente com qualquer falta de capital, o que poderá afetar adversamente nossos negócios, condição financeira e resultados das operações.

4.1 Descrição dos fatores de risco

b) seus acionistas, em especial os acionistas controladores

A Companhia não está exposta a riscos relativos a seus acionistas.

c) suas controladas e coligadas

A Companhia não está exposta a riscos relativos às suas controladas e coligadas.

d) seus administradores

A capacidade da Companhia em manter a posição competitiva depende, em grande escala, da experiência dos membros da Administração nos setores em que atua. Nenhum dos membros da Administração está sujeito a contratos de trabalho de longo prazo ou a acordos de não concorrência. Não há qualquer garantia de que a Companhia conseguirá reter os membros da atual Administração ou contratar novos membros qualificados. A perda de alguns dos membros da alta Administração ou a incapacidade de atrair e reter executivos experientes para administrar e expandir suas operações poderá impactar negativamente a capacidade de conduzir seus negócios com sucesso e implementar sua estratégia de crescimento, o que poderá causar um efeito adverso nos resultados operacionais da Companhia.

e) seus fornecedores

A Companhia executa seus serviços com pessoal de seu quadro de colaboradores internos e da contratação de serviços prestados por outras pessoas jurídicas. A legislação trabalhista brasileira sofreu importantes mudanças nos últimos anos, em especial com as alterações da Lei 13.429/2017 e Lei 13.467/2017, que trouxeram segurança jurídica para o setor de serviços onde a Companhia atua. Porém a Companhia está exposta a interpretações da legislação trabalhista brasileira e pode vir a ser questionada por algum de seus fornecedores de serviços, com alegações de vínculos empregatícios que durante o contencioso podem afetar negativamente a imagem da Companhia, refletindo em seu valor de mercado.

f) seus clientes

A Companhia não possui grau de dependência de nenhum cliente específico, razão pela qual não há risco relevante que decorra desse item.

g) setores da economia nos quais o emissor atue

A Companhia está exposta aos riscos associados a investimentos em infraestrutura que dependem da atuação dos governos, com relação a estímulos ao desenvolvimento dos setores de saneamento, energia, transportes, entre outros, seja com relação ao marco regulatório de tais setores. A conjuntura econômica do país, com a expansão ou contração da economia brasileira, pode impactar diretamente a performance desses setores, com reflexo direto nos investimentos por parte dos governos, que afetaria positiva ou negativamente os resultados operacionais e a situação financeira e patrimonial da Companhia.

h) regulação dos setores em que o emissor atue

A Companhia está exposta aos riscos associados aos marcos regulatórios dos setores de infraestrutura, bem como à revogação e alteração da legislação correlata. A insegurança da edição e revisão de normas pode afetar negativamente o setor, e, por

4.1 Descrição dos fatores de risco

consequência, os resultados operacionais e a situação financeira e patrimonial da Companhia.

i) países estrangeiros onde o emissor atue

A Companhia presta serviços para clientes em Angola, e, eventual crise financeira, cambial e econômica neste país, pode afetar a operação do contrato em vigor.

j) questões sociais

Riscos derivados de questões sociais não são relevantes para a área de atuação da Companhia.

k) questões ambientais

A Companhia não está exposta a riscos que derivem do meio ambiente.

l) questões climáticas, incluindo riscos físicos e de transição

A Companhia não está exposta a tais riscos.

m) outras questões não compreendidas nos itens anteriores

Não existem outras questões que não tenham sido abordadas nos itens anteriores.

4.2 Indicação dos 5 (cinco) principais fatores de risco

4.2 Indicar os 5 (cinco) principais fatores de risco, dentre aqueles enumerados no campo 4.1, independentemente da categoria em que estejam inseridos

Riscos relacionados aos setores da economia nos quais o emissor atue;

Riscos relacionados à regulação dos setores em que o emissor atue;

Riscos relacionados a seus clientes;

Riscos relacionados a seus fornecedores; e

Riscos relacionados a seus administradores.

4.3 Descrição dos principais riscos de mercado

4.3 Descrever, quantitativa e qualitativamente, os principais riscos de mercado a que o emissor está exposto, inclusive em relação a riscos cambiais e a taxas de juros.

Considerando a natureza dos negócios e operações da Companhia, os principais fatores de risco de mercado aos quais está exposta são:

- Taxas de câmbio;
- Estrutura de Capital.

Riscos com relação às taxas de câmbio:

A Companhia está exposta às flutuações da taxa do dólar americano em relação aos investimentos em ativos financeiros mantidos no exterior (EUA), considerando que a sua moeda funcional é o real brasileiro, variações nas taxas de câmbio podem resultar em perdas ou ganhos, afetando o lucro financeiro da Companhia.

Riscos com relação à Estrutura de Capital:

Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro) decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações.

4.4 Processos não sigilosos relevantes

4.4 Descrever os processos judiciais, administrativos ou arbitrais em que o emissor ou suas controladas sejam parte, discriminando entre trabalhistas, tributários, cíveis, ambientais e outros: (i) que não estejam sob sigilo, e (ii) que sejam relevantes para os negócios do emissor ou de suas controladas, indicando:

- a) juízo
- b) instância
- c) data de instauração
- d) partes no processo
- e) valores, bens ou direitos envolvidos
- f) principais fatos
- g) resumo das decisões de mérito proferidas
- h) estágio do processo
- i) se a chance de perda é:
 - I. provável
 - II. possível
 - III. remota
- j) motivo pelo qual o processo é considerado relevante
- k) análise do impacto em caso de perda do processo

Nº Processo Inicial	1001896-24.2017.5.02.0054	0000316.60.2013.5.06.0391
a. juízo	54ª VTSP	VARA ÚNICA DO TRABALHO DE SALGUEIRO - PE
b. instância	1ª Instância	2ª Instância
c. data de instauração	30/10/2017	10/04/2013
d. partes no processo	Autor: Sandro Sinharelli Ré: Sondotécnica Engenharia de Solos S/A e outros	Autor :Elias Ferreira Júnior Ré: Sondotecnica Engenharia de Solos S/A
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 398.733,00	R\$ 334.148,97
f. principais fatos	Ação Trabalhista	Ação Trabalhista
g. resumo das decisões de mérito proferidas	04/03/2020 - Recurso de revista interposto.; 05/05/2020 - CONCLUSAO RECEBO o recurso de revista em relação ao tema 'grupo econômico' e DENEGO seguimento quanto aos demais. Intimem-se, dando vista a parte contraria para apresentação de contrarrazoes.; 02/06/2020 - Mantenho o despacho agravado. Processe-se o Agravio de Instrumento. Intimem-se, dando vista a parte contraria para apresentação de contraminuta e contrarrazoes. Ficam as partes cientes de que, após a data de remessa dos autos ao C. TST, verificável na aba de movimentações, os futuros peticionamentos deverão ser efetivados diretamente naquela C. Corte; 03/06/2020 - Intimação referente a agravo de instrumento em recurso de revista interposto pela litisconsorte passiva. Inexiste interesse em apresentação de contraminuta.	26/06/2019 - Audiência: Data: 26/06/2019 - Hora: 14:00 Resultado da audiência: Aguardando resultado do julgamento.; 28/06/2019 - Publicação para ciência do acórdão que não conheceu o recurso de revista interposto.; 02/07/2020 - Nesta data foi protocolado o Embargos de Declaração
h. estágio do processo	Execução	Em fase recursal
i. chance de perda	Provável	Provável
j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Pelo valor provisionado	Pelo valor provisionado

4.4 Processos não sigilosos relevantes

Nº Processo Inicial	1001896-24.2017.5.02.0054	0000316.60.2013.5.06.0391
k) análise do impacto em caso de perda do processo	Pagamento da condenação do processo	Pagamento da condenação do processo

Nº Processo Inicial	0006233-20.2013.5.15.0000	0011402-24.2021.5.03.0070
a. juízo	2ª VT Franca – SP	1ª VT Passos – MG
b. instância	1ª Instância	1ª Instância
c. data de instauração	05/08/2021	08/11/2021
d. partes no processo	Autor: Claudionor Andriani Ré: Sondotecnica Engenharia de Solos S/A e outros	Autor :Délio Gonçalves de Souza Ré: Sondotecnica Engenharia de Solos S/A
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 1.446.260,01	R\$ 1.500.997,80
f. principais fatos	Execução Provisória em autos suplementares	Ação Trabalhista
g. resumo das decisões de mérito proferidas	21/05/2021 - ACORDAM os Ministros da Subseção II Especializada em Dissídios Individuais do Tribunal Superior do Trabalho, por unanimidade, conhecer do recurso ordinário e, no mérito, dar-lhe provimento parcial, julgando parcialmente procedente a ação rescisória por violação dos artigos 7º, XXVIII, da Carta Magna e 186 e 927 do Código Civil, a fim de desconstituir o acórdão rescindente no capítulo referente à pensão civil. Em sede de juízo rescisório, dar provimento ao recurso ordinário aviado na origem para condenar as rés solidariamente ao pagamento de pensão mensal ao autor com base na média de todas as verbas salariais percebidas nos últimos 12 (doze) meses anteriores ao infortúnio, a ser devidamente apurada em liquidação de sentença. A pensão se dará de forma vitalícia, sem limitação etária, incluindo nesse cômputo os adicionais por ventura percebidos pelo reclamante quando em atividade, nos termos do art. 457, caput e § 1º, da CLT, e deverá ser corrigida anualmente com base no percentual acumulado do INPC/IBGE. Inalterado o ônus da sucumbência no processo matriz. Em relação à presente ação rescisória, custas pelas rés na forma da lei e honorários advocatícios no percentual de 15% calculados sobre o valor corrigido atribuído à causa pela própria parte autora.; 17/06/2021 - Transitado em Julgado em 14/06/2021. Remetidos os Autos para Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região o TRT.; 25/05/2022 - Relação dos processos redistribuídos por sucessão pela Secretaria da Subseção II Especializada em Dissídios Individuais em 24/05/2022	18/07/2022 - Nos termos do parágrafo primeiro do art. 337 do CPC, verifica-se a coisa julgada quando se reproduz ação anteriormente ajuizada, com decisão já transitada em julgado. Portanto, o pressuposto da coisa julgada e a identidade de ações, configurada pela identidade de partes, objeto e causa de pedir. No entanto, quando os pedidos da nova ação ajuizada são mais amplos do que os constantes daquela já decidida, não se pode cogitar em coisa julgada. DECISAO: A Decima Turma julgou o presente processo e, por unanimidade, conheceu do recurso ordinário interposto pelo reclamante; no mérito, sem divergência, deu parcial provimento para: a) deferir-lhe os benefícios da gratuidade de justiça, isentando -o do recolhimento das custas processuais; b) afastar a decisão de extinção do processo e determinar o retorno dos autos a origem para prosseguimento do feito, com a reinclusão dos autos em pauta de instrução e, ao final, seja proferida decisão de mérito, como se entender de direito. Secretaria da 10a. Turma.; 20/07/2022 - Opostos embargos de declaração.; 09/08/2022 - Fica o reclamante intimado: "Vistos, Considerando o disposto no § 2º do art. 897-A da CLT e na O.J. 142 da SBDI-1 do TST, e que as reclamadas SONDOTECNICA ENGENHARIA DE SOLOS S.A. e NOVO RIO SERVICOS GERAIS LTDA., por meio dos embargos de declaração, pretendem a concessão de efeito modificativo ao julgado, concedo ao reclamante o prazo de 5 (cinco) dias, para manifestação. Publique-se e intime-se.; 13/09/2022 - Decisão: A Decima Turma, julgou o presente processo e, por unanimidade, conheceu dos embargos de declaração opostos pelas reclamadas NOVA RIO SERVICOS GERAIS LTDA. e SONDOTECNICA ENGENHARIA DE SOLOS S.A.; no mérito, sem divergência, negou-lhes provimento
h. estágio do processo	Execução	Execução
i. chance de perda	Provável	Provável
j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Pelo valor provisionado	Pelo valor provisionado
k) análise do impacto em caso de perda do processo	Pagamento da condenação do processo	Pagamento da condenação do processo

4.4 Processos não sigilosos relevantes

Nº Processo Inicial	0101125-71.2017.5.01.0451
a. juízo	1ª VT de Itaboraí – RJ
b. instância	1ª Instância
c. data de instauração	02/05/2017
d. partes no processo	Autor: Essenio de Macedo Fernandes Ré: Sondotécnica Engenharia de Solos S/A e outros
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 40.000,00
f. principais fatos	Ação Trabalhista
g. resumo das decisões de mérito proferidas	06/07/2022 - Audiência: Data: 06/07/2022 - Hora: 13:30 Tipo de audiência: Julgamento - Advogado designado: IMP Resultado da audiência: ACORDAM os Desembargadores da 5ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região, por unanimidade, conhecer do recurso e, no mérito dar parcial provimento para condenar a primeira reclamada ao pagamento de horas in itinere em 4h (quatro horas) por dia efetivamente laborado, conforme registros feitos nos cartões de ponto, ao longo de todo o período imprescrito. Adicional de 50% e divisor 220. Base de cálculo extraída na forma da Sumula 264 do TST, a ser extraída dos recibos de pagamento adunados aos autos. Deferem-se os reflexos dessas extraordinárias nos DSRs, nas férias + 1/3, nas gratificações natalinas, no aviso prévio e no FGTS + 40%, nos termos da fundamentação supra, nos termos da fundamentação do voto do Excelentíssimo Desembargador Relator. Invertido o ônus da sucumbência, arbitra-se em 15% os honorários de sucumbência a serem pagos pela reclamada em favor do patrono do recorrente, nos termos do art. 791-A da CLT. Custas de R\$ 600,00 pela reclamada, calculadas sobre o valor arbitrado de R\$ 30.000,00."; 22/07/2022 - ACORDAM os Desembargadores da 5ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região, por unanimidade, conhecer do recurso e, no mérito dar parcial provimento para condenar a primeira reclamada ao pagamento de horas in itinere em 4h (quatro horas) por dia efetivamente laborado, conforme registros feitos nos cartões de ponto, ao longo de todo o período imprescrito. Adicional de 50% e divisor 220. Base de cálculo extraída na forma da Sumula 264 do TST, a ser extraída dos recibos de pagamento adunados aos autos. Deferem-se os reflexos dessas extraordinárias nos DSRs, nas férias + 1/3, nas gratificações natalinas, no aviso prévio e no FGTS + 40%, nos termos da fundamentação supra, nos termos da fundamentação do voto do Excelentíssimo Desembargador Relator. Invertido o ônus da sucumbência, arbitra-se em 15% os honorários de sucumbência a serem pagos pela reclamada em favor do patrono do recorrente, nos termos do art. 791-A da CLT. Custas de R\$ 600,00 pela reclamada, calculadas sobre o valor arbitrado de R\$ 30.000,00."; 27/07/2022 - Opostos embargos de declaração.; 20/12/2022 - "ACORDAM os Desembargadores que compõem a 5ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região, por unanimidade, conhecer dos Embargos de Declaração e, no mérito, negar-lhes provimento, nos termos do voto do Exmo. Desembargador Relator.
h. estágio do processo	Em fase recursal
i. chance de perda	Provável
j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Pelo valor provisionado

4.4 Processos não sigilosos relevantes

Nº Processo Inicial	0101125-71.2017.5.01.0451
k) análise do impacto em caso de perda do processo	Pagamento da condenação do processo

4.5 Valor total provisionado dos processos não sigilosos relevantes

4.5 Indicar o valor total provisionado, se houver, dos processos descritos no item 4.4

R\$ 4.050 (em milhares de reais).

4.6 Processos sigilosos relevantes

4.6 Em relação aos processos sigilosos relevantes em que o emissor ou suas controladas sejam parte e que não tenham sido divulgados no item 4.4, analisar o impacto em caso de perda e informar os valores envolvidos

Não há processos relevantes em que a Companhia ou suas controladas sejam parte.

4.7 Outras contingências relevantes

4.7 Descrever outras contingências relevantes não abrangidas pelos itens anteriores

Não há outras contingências relevantes a serem divulgadas que não tenham sido informadas nos itens anteriores desse formulário.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

5.1. Em relação aos riscos indicados nos itens 4.1 e 4.3, informar:

a) se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política.

b) os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos, quando houver, incluindo:

- I. os riscos para os quais se busca proteção
- II. os instrumentos utilizados para proteção
- III. a estrutura organizacional de gerenciamento de riscos

c) a adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política adotada

A Companhia possui Política Interna de Gestão de Riscos (SGI-61-005 R00), aprovada pela Diretoria, e que é parte integrante do Sistema de Gestão Integrada (Qualidade, Meio Ambiente, Segurança e Saúde Ocupacional), praticado pela Sondotécnica desde agosto de 2007.

A identificação dos riscos nos contextos internos e externos, que possam comprometer a continuidade das operações da Companhia, estão relacionados a:

- Falhas na produção dos serviços da companhia;
- Impactos ambientais, saúde e segurança no trabalho;
- Ética e conduta empresarial.

A delegação de responsabilidade pela gestão de riscos, onde aplicável, aos gestores e colaboradores da empresa, através da manutenção de métodos internos para identificar, analisar, avaliar e tratar os riscos corporativos, conforme estabelece a Norma ISO 31000-2018, e a disseminação da cultura da mentalidade de riscos, por meio de treinamento dos colaboradores, monitoramento de registros, análise crítica e melhoria contínua das políticas aplicáveis.

5.2 Descrição dos controles internos

5.2. Em relação aos controles adotados pelo emissor para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, indicar:

a) as principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las

A Companhia adota práticas internas de controle para assegurar a elaboração de suas demonstrações financeiras e fornecer garantia razoável em relação à confiabilidade de tais documentos, de acordo com a legislação e regras aplicáveis, bem como de requisitos internos de atividades de controle. Os valores e o sistema de gestão da Sondotécnica, incluindo seu Código de Conduta e Ética, são a base do ambiente de controle.

Os Diretores da Companhia acreditam que o grau de eficiência dos controles internos adotados para assegurar a elaboração das demonstrações financeiras é satisfatório. A Companhia trabalha continuamente para fortalecer seus controles internos, monitorando permanentemente o respeito às leis, normas e regulamentos, políticas e procedimentos, de modo a analisar e ponderar a exposição a riscos e determinar formas de mitigá-los ou anulá-los.

Como ferramenta de controle interno, a Companhia conta com o Sistema ERP TOTVS, desde o ano de 2000, sistema utilizado por diversas instituições de grande porte do país. O resultado das operações da Companhia e de outras sociedades do grupo é controlado neste Sistema.

As demonstrações financeiras da Companhia são atualmente auditadas pela BDO RCS Auditores Independentes, a qual deve, anualmente, elaborar uma carta de recomendações em relação aos controles internos da Companhia.

b) as estruturas organizacionais envolvidas

O Conselho de Administração estabelece políticas e diretrizes gerais para a Companhia, elege os Diretores e fiscaliza sua gestão. Os Diretores são responsáveis pelo dia a dia da administração e, de forma colegiada, estabelecem e mantêm estrutura apropriada, atualizada, efetiva e adequada com relação aos controles internos para a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis. No processo de elaboração das Demonstrações Financeiras, a Companhia possui, em sua estrutura organizacional, áreas responsáveis pela aplicação e monitoramento de controles que busquem assegurar a integridade das informações contábeis e financeiras. Destacam-se as áreas Contábil, Fiscal, Recursos Humanos, Diretoria Financeira e o Conselho de Administração.

c) se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração do emissor, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento

A eficiência dos controles internos é supervisionada pela Diretoria Financeira e pelo Conselho de Administração, considerando que, para este órgão, o processo de supervisão de controles internos é parte da aprovação das Demonstrações Financeiras Anuais da Companhia.

5.2 Descrição dos controles internos

Todas as eventuais deficiências, quando apontadas pelos auditores externos, são direcionadas para a Gerência de Contabilidade, que deve tomar as providências cabíveis para sua correção e reportar os resultados e sugestões de melhorias à Diretoria Financeira e ao Conselho de Administração.

d) deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente.

Foram apontadas deficiências pontuais nos controles internos relacionados à Tecnologia da Informação, sobre a gestão de mudanças, para que seja adotada a formalização dos processos de desenvolvimento, homologação e aprovação de mudanças para os sistemas. Esse ponto já está sendo tratado pela área de TI.

e) comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas

A Administração da Companhia considerou que as deficiências apontadas no relatório da auditoria para o exercício findo em 31-12-2022 não causaram distorções nas demonstrações contábeis e as medidas corretivas estão sendo adotadas, para que sejam implementadas ao longo do ano de 2023.

5.3 Programa de integridade

5.3. Em relação aos mecanismos e procedimentos internos de integridade adotados pelo emissor para prevenir, detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, nacional ou estrangeira, informar:

a) se o emissor possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:

- i. os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas;**
- ii. as estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos do emissor a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes;**
- iii. se o emissor possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando:**
 - se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados;**
 - as sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas;**
 - órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado.**

No âmbito de seu programa de Integridade, a Sondotécnica estabeleceu as seguintes políticas principais:

SGI-52-001 R03-Código de Ética e Conduta

SGI-52-003 R01 - Política de Compliance e Anticorrupção

SGI-52-004 R01 - Política de Brindes, Presentes, Entretenimento e Hospitalidade

SGI-52-006 R01 - Política de Compras e Contratação de Terceiros

SGI-52-005 R01 - Política de Contratação de Colaboradores

SGI-61-003 R00 Tabela de Riscos de Compliance

SGI-61-004 R02-CAL (controle de legislação) Sondotécnica Compliance

As políticas são avaliadas a cada três anos, ou em menor periodicidade, conforme atualização da legislação aplicável.

O Código de Ética e Conduta e as políticas acima identificadas são os principais normativos que detalham os procedimentos de integridade adotados e as estruturas

5.3 Programa de integridade

organizacionais envolvidas no monitoramento dos procedimentos internos de integridade.

Os valores éticos buscados pela Companhia baseiam-se no respeito mútuo, em benefício do bom relacionamento empresarial e social. Além disso, os princípios éticos que orientam nossa atuação fundamentam a imagem de empresa sólida e confiável, comprometida com a legislação e procedimentos internos capazes de prevenir a ocorrência de atos lesivos aos entes privados e à administração pública, nacional ou estrangeira e para a adequada gestão e condução dos negócios com a Administração Pública (Órgãos, Empresas, autarquias ou representação oficial, direta ou indireta, dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciários, sejam elas de âmbito federal, estadual, municipal ou estrangeiras ou agente público). O compromisso da Alta Administração da Companhia com a integridade nas relações público-privadas é manter as adequadas condições para a consolidação de uma cultura anticorrupção.

O objetivo do Código de Conduta e Ética é disseminar as diretrizes éticas da Companhia, as quais devem ser seguidas e divulgadas por aqueles que estejam presentes em sua cadeia de valor (adiante, sempre que em conjunto, chamados de “todos”), incluindo, mas não se limitando a seus Conselheiros, Diretores, Colaboradores, Estagiários, Jovens Aprendizes, Terceiros (Prestadores de Serviços, Fornecedores, Parceiros, agentes intermediários e associados), consultores e todos aqueles que tenham relação com a Companhia. O Código de Ética foi aprovado pela Diretoria da empresa, tendo sido realizada sua última revisão em maio/2020, e está disponível na rede interna da empresa, no site da Sondotécnica e na sua plataforma de treinamento corporativo.

A Companhia oferece treinamentos periódicos, os quais são disponibilizados em plataforma de treinamento corporativo própria, por meio do site: <https://sondotecnica.meritum.online>.

Qualquer um que souber da violação dos normativos da Companhia ou uma eventual futura violação das mesmas, bem como informações sobre atos lesivos ao patrimônio público, nacional ou estrangeiro, contra os princípios da administração pública ou contra compromissos internacionais assumidos pelo Brasil, poderão efetuar a comunicação por meio dos seguintes canais:

- Comunicação aos Representantes locais das diversas áreas da Sondotécnica;
- Canal de Transparência e Denúncia por email transparencia@sondotecnica.com.br e pelo site <https://sondotecnica.meritum.online/denouncements>.
- Comunicação ao Grupo de Melhoria, que reúne representantes das diversas áreas da Sondotécnica;
- Comunicação à Comissão Interna de Prevenção de Acidentes – CIPA;
- Comunicação ao Grupo de Análise Crítica pela Direção; e

5.3 Programa de integridade

- Comunicação a seus superiores imediatos ou ao gerente de seu departamento gestor de sua área.

Violações aos normativos da Companhia são passíveis de penalidades disciplinares, incluindo a possibilidade de demissão, conforme possa vir a ser determinado pela Diretoria e pela análise de sua assessoria jurídica.

b) Se o emissor possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:

- i. se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros;**
- ii. se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados;**
- iii. se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciantes de boa-fé;**
- iv. órgão do emissor responsável pela apuração de denúncias.**

A Sondotécnica disponibiliza o Canal de Transparência e Denúncia para comunicação de atitude, suspeita de comportamento ou prática em desacordo com os normativos internos, especialmente a Política de Compliance, bem como do Código de Ética e Conduta, por meio do correio eletrônico transparencia@sondotecnica.com.br, pelo endereço <https://sondotecnica.meritum.online/denouncements> ou pelo site: sondotecnica@sondotecnica.com.br.

O canal é administrado pela Sondotécnica, aberto às denúncias de qualquer pessoa, disponível na plataforma de treinamento corporativo e no site da Sondotécnica, que garante o anonimato, proteção e não retaliação.

c) número de casos confirmados nos últimos 3 (três) exercícios sociais de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública e medidas corretivas adotadas

Não houve.

d) caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido

Não aplicável.

5.4 Alterações significativas

5.4. Informar se, em relação ao último exercício social, houve alterações significativas nos principais riscos a que o emissor está exposto ou na política de gerenciamento de riscos adotada, comentando, ainda, eventuais expectativas de redução ou aumento na exposição do emissor a tais riscos.

Não houve alterações significativas nos principais riscos a que o emissor está exposto ou na política de gerenciamento de riscos adotada, em relação ao último exercício social.

5.5 Outras informações relevantes

5.5. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes.

Não existem outras informações que possam ser consideradas relevantes.

6.1 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações						
Qtde. ações ordinárias	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:						
0	0,000	26.700	1,667	26.700	1,086	
OUTROS						
40.576	4,740	299.643	18,705	340.219	13,842	
SHEILA BERGMAN						
349.490.977-68	Brasil	22/10/2019				
815.424	95,260	1.275.557	79,628	2.090.981	85,072	
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
Preferencial Classe B	674.954	82,583	42,135	27,461		
Preferencial Classe A	600.603	76,549	37,493	24,436		
TOTAL						
856.000	34,826	1.601.900	65,174	2.457.900	100,000	

6.3 Distribuição de capital

Data da última assembleia / Data da última alteração	28/04/2023
Quantidade acionistas pessoa física	812
Quantidade acionistas pessoa jurídica	8
Quantidade investidores institucionais	13

Ações em Circulação

Ações em circulação correspondente a todas ações do emissor com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e das ações mantdas em tesouraria

Quantidade ordinárias	20.565	2,402%
Quantidade preferenciais	299.542	18,699%
Total	320.107	13,024%

Classe de Ação

Preferencial Classe A	162.502	20,711%
Preferencial Classe B	137.040	16,767%

6.4 Participação em sociedades

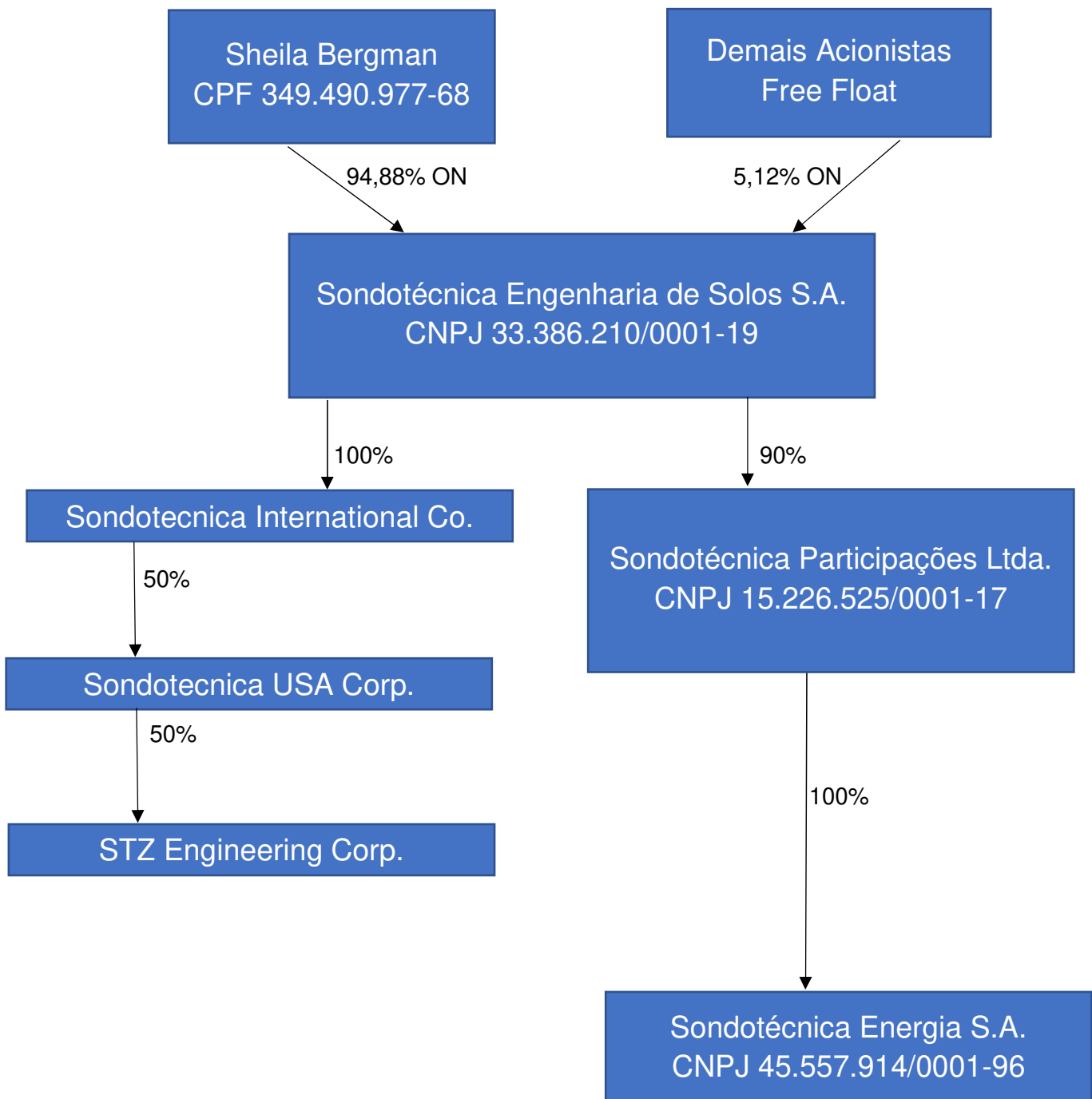
Denominação Social	CNPJ	Participação do emisor (%)
SONDOTÉCNICA INTERNATIONAL CO.	00.000.000/0000-00	100,000000
SONDOTÉCNICA PARTICIPAÇÕES LTDA	15.226.525/0001-17	99,517000

6.5 Organograma dos acionistas e do grupo econômico

6.5 Inserir organograma dos acionistas do emissor e do grupo econômico em que se insere, indicando

- a) todos os controladores diretos e indiretos e, caso o emissor deseje, os acionistas com participação igual ou superior a 5% de uma classe ou espécie de ações
- b) principais controladas e coligadas do emissor
- c) participações do emissor em sociedades do grupo
- d) participações de sociedades do grupo no emissor
- e) principais sociedades sob controle comum

ORGANOGRAMA SOCIETÁRIO



6.6 Outras informações relevantes

6.6 Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Não existem outras informações relevantes que já não tenham sido disponibilizadas nos itens anteriores

7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

7.1 Descrever a estrutura administrativa do emissor, conforme estabelecido no seu estatuto social e regimento interno, identificando:

a) principais características das políticas de indicação e preenchimento de cargos, se houver, e, caso o emissor a divulgue, locais na rede mundial de computadores em que o documento pode ser consultado.

b) se há mecanismos de avaliação de desempenho, informando, em caso positivo:

-a periodicidade das avaliações e sua abrangência

-metodologia adotada e os principais critérios utilizados nas avaliações

-se foram contratados serviços de consultoria ou assessoria externos

c) regras de identificação e administração de conflitos de interesses

d) por órgão:

número total de membros, agrupados por identidade autodeclarada de gênero

número total de membros, agrupados por identidade autodeclarada de cor ou raça

número total de membros agrupados por outros atributos de diversidade que o emissor entenda relevantes

e) se houver, objetivos específicos que o emissor possua com relação à diversidade de gênero, cor ou raça ou outros atributos entre os membros de seus órgãos de administração e de seu conselho fiscal

f) papel dos órgãos de administração na avaliação, gerenciamento e supervisão dos riscos e oportunidades relacionados ao clima.

A estrutura administrativa da Empresa constitui-se de Assembleia Geral, Conselho de Administração e Diretorias. Cabe à Assembleia, dentre outras competências, a aprovação das contas anuais, a eleição dos Conselheiros e a fixação da remuneração dos administradores.

Ao Conselho de Administração incumbe a eleição dos Diretores da Empresa, a fixação do percentual a ser distribuído aos administradores a título de gratificação, a escolha e destituição dos auditores independentes e a autorização para aquisição de ações de emissão da própria Empresa. À Diretoria, cabe gerir a rotina administrativa e operacional da Empresa.

Por não haver sido solicitada sua instalação, a Assembleia deixou de instalar o Conselho Fiscal para o exercício de 2023/2024.

A Companhia não utiliza mecanismos de avaliação de desempenho do Conselho de Administração e de cada órgão ou comitê que se reporte ao Conselho de Administração

O Estatuto Social da Empresa prevê que a diretoria será composta por um Diretor-Presidente e por até seis diretores sem designação especial. Prevê ainda que o Diretor-Presidente administrará individual e livremente a Empresa, enquanto os demais Diretores só poderão fazê-lo conjuntamente.

7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

A Companhia tem desenvolvido iniciativas de preenchimento de vagas para buscar igualdade de gênero, bem como assegura que não há qualquer prática que discrimine por cor ou raça.

A Diretoria se reúne periodicamente para cuidar da avaliação, gerenciamento e supervisão de riscos e oportunidades relacionados ao clima, endereçando planos de ação para aprovação do Conselho de Administração e execução pela liderança.

7.1D Descrição das principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

Quantidade de membros por declaração de gênero

	Feminino	Masculino	Não binário	Outros	Prefere não responder
Diretoria	0	5	0	0	0
Conselho de Administração - Efetivos	1	2	0	0	0
Conselho de Administração - Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Conselho Fiscal - Efetivos	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Conselho Fiscal - Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
TOTAL = 8	1	7	0	0	0

Quantidade de membros por declaração de cor e raça

	Amarelo	Branco	Preto	Pardo	Indígena	Outros	Prefere não responder
Diretoria	0	5	0	0	0	0	0
Conselho de Administração - Efetivos	0	3	0	0	0	0	0
Conselho de Administração - Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Conselho Fiscal - Efetivos	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Conselho Fiscal - Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
TOTAL = 8	0	8	0	0	0	0	0

7.2 Informações relacionadas ao conselho de administração

7.2 Em relação especificamente ao conselho de administração, indicar:

- a) órgãos e comitês permanentes que se reportem ao conselho de administração
- b) de que forma o conselho de administração avalia o trabalho da auditoria independente, indicando se o emissor possui uma política de contratação de serviços de extra-auditoria com o auditor independente e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado
- c) se houver, canais instituídos para que questões críticas relacionadas a temas e práticas ASG e de conformidade cheguem ao conhecimento do conselho de administração

Nesta data, não existem comitês permanentes que se reportem ao Conselho de Administração.

Os auditores externos

Quaisquer questões relacionadas a ASG podem ser encaminhadas para a Gerência de Compliance, que reportará à Diretoria e ao Conselho, assim como enviadas para o email transparencia@sondotecnica.com.br. Tanto os Diretores e o Conselho tomam ciência e dão o tratamento caso a caso.

7.3 Composição e experiências profissionais da administração e do conselho fiscal

Nome: ANDRÉ DIAS DE SOUZA **CPF:** 355.030.888-40 **Profissão:** Arquiteto e Urbanista. **Data de Nascimento:** 04/04/1988

Experiência Profissional: Formação: Especialização em Planejamento e Gestão de Cidades – Escola Politécnica da USP - 2018Arquitetura e Urbanismo – Centro Universitário FIAM FAAM – São Paulo/SP - ano 2010Técnico em Edificações – E.T.E Getúlio Vargas – São Paulo/SP – ano 2005.Órgão de Classe: Registrado no CAU/SP - N° A67700-0Atualmente é Diretor na SONDOTÉCNICA ENGENHARIA DE SOLOSSua atuação profissional teve início em 2006, na FALCÃO BAUER CENTRO TÉCNOLÓGICO DE CONTROLE DA QUALIDADE, como estagiário, posteriormente com técnico em edificações chegando até o cargo assistente de projetos onde executou Estudos e Projetos, Gerenciamento e Supervisão de Obras, nas áreas de Meio Ambiente, Infraestrutura de Urbana, Infraestrutura de Transportes, Edificações (públicas e privadas), Indústrias e Saneamento Básico. Em 2010 atuou como coordenador de projetos na GERAR PROJETOS E GERENCIAMENTO LTDA, onde participou da elaboração de projeto de arquitetura, urbanismo e paisagismo de obras de infraestrutura urbana, infraestrutura de transportes e edificações. Em 2011 ingressou na ECR ENGENHARIA LTDA como Arquiteto e Urbanista e posteriormente se tornou Sócio Diretor até início de 2020, onde foi responsável pela execução de Estudos e Projetos, Gerenciamento e Supervisão de Obras, nas áreas de Infraestrutura de Urbana, Infraestrutura de Transportes e Edificações (públicas e privadas).

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	16/05/2022	Mandato unificado de 1 (um) ano.	19 - Outros Diretores	02/06/2022	Não	
Diretoria	18/05/2023	1 ano	19 - Outros Diretores	02/06/2023	Não	

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome: CRISTIANO CARDOSO AUGUSTO MOREIRA CPF: 043.060.557-95 Profissão: Engenheiro Civil Data de Nascimento: 14/08/1974

Experiência Profissional: Formado em Engenharia Civil pela Escola de Engenharia da UFRJ, Mestrado em Ciências em Engenharia de Transportes (PET/COPPE/UFRJ), tendo defendido tese sob o título "Contribuição à Análise Estrutural do Transporte Terrestre de Cargas e das Estratégias Competitivas Ferroviárias" e MBA em Engenharia Econômica e Administração Industrial pela Escola Politécnica/UFRJ, possui mais de 20 anos de experiência em projetos de engenharia de infraestrutura de grande porte. Trabalhou na Sondotécnica de 2002 até 2021, onde atuou como Engenheiro, Coordenador e Gerente de Projetos. Em Set-2021, assumiu a gestão dos projetos de concessão de saneamento na Águas do Rio, retornando agora à Sondotécnica para assumir a Diretoria Técnica da Companhia.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	18/05/2023	1 ano	19 - Outros Diretores	02/06/2023	Não	02/06/2023

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome: DANIEL BERGMAN CPF: 055.268.477-56 Profissão: Administrador Data de Nascimento: 03/04/1982

Experiência Profissional: Graduado em Administração de Empresas pelo IBMEC-RJ e MBA Executivo pelo INSPER-SP. Iniciou sua carreira como Estagiário na Área de RH na TNL PCS S.A. (Oi Celular), de Jun-2002 a Fev-2003; atuou como Analista de Marketing na Área de Inteligência de Marketing e Pricing para a América do Sul na MICHELIN (Fev-2003 a Mai-2005) e como Analista de Marketing Pleno na Área de Planejamento Comercial na TIM BRASIL (Mai-2005 a Nov-2005). Ingressou na Sondotécnica em Jan-2006 como Assessor Comercial, na Área Comercial, assumindo como Diretor Geral da Filial São Paulo em 2017. Foi Conselheiro do Conselho de Administração de Abr-2016 a Abr-2022, tendo sido eleito Presidente do Conselho de Administração para o mandato 2022/2023 e reeleito na última AGO.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração - Efetivos	28/04/2023	Até Assembleia Geral Ordinária de 2024.	20 - Presidente do Conselho de Administração	28/04/2023	Não	29/04/2017

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome: FABIO BERGMAN CPF: 082.820.237-01 Profissão: Engenheiro Data de Nascimento: 19/08/1979

Experiência Profissional: Graduado em Engenharia Civil de Produção pela PUC-RJ, com Pós-Graduação Lato Sensu MBA em Gestão Empresarial pela Fundação Getúlio Vargas. Trabalhou na IBM Brasil na área de Market Intelligence (de Jul-2000 a Mai-2005), chegando ao cargo de Team Leader da área de Market Intelligence para Software América Latina. Ingressou na Sondotécnica Engenharia de Solos S.A. em Mai-2005 como assessor da Presidência e em 2009 foi promovido a Diretor Administrativo Financeiro, cargo que ocupou até tornar-se Diretor Presidente da Companhia em Nov-2019, cargo que ocupa atualmente. Foi Presidente do Conselho de Administração da Sondotécnica de Nov-2019 a Abr-2022 e hoje faz parte do Conselho de Administração da Companhia, como conselheiro. É também Diretor da ABCE (Associação Brasileira de Consultoria) e Conselheiro do Sinaenco (Sindicato das Empresas de Consultoria).

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração - Suplentes	28/04/2023	Até Assembleia Geral Ordinária de 2024.	33 - Conselheiro(Efetivo) e Dir. Presidente	28/04/2023	Não	

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome: HOMERO VALLE DE MENEZES CÔRTEZ CPF: 241.098.357-04 Profissão: Engenheiro Data de Nascimento: 01/08/1947

Experiência Profissional: Graduado em Engenharia Civil pela Escola de Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro em 1970. Mestrado em Engenharia Civil na Coppe-UFRJ.Começou como estagiário na Sondotécnica S.A. no departamento de Geotecnia (09/1969 a 11/1970), foi bolsista de tempo integral do CNPq - Coppe (1971). Na Sondotécnica Engenharia de Solos S.A. desde 1971, exerceu o cargo de Engenheiro do Departamento de Geotecnia (1971/73), Subchefe do Departamento de Geotecnia (1973/78), Chefe do Departamento de Geotecnia (1978/82), Chefe da Divisão de Engenharia Civil (geotecnia,hidrologia, hidráulica, planejamento e controle de obras e meio ambiente) (1982/89). Atualmente é Diretor Técnico e Comercial, sendo responsável pela área internacional.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	18/05/2023	1 ano	19 - Outros Diretores	02/06/2023	Não	

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome: JOSÉ ANTONIO MAZZOCO CPF: 694.078.608-25 Profissão: Engenheiro Data de Nascimento: 12/11/1955

Experiência Profissional: Graduado em Engenharia Civil, em 1978, pela Faculdade de Engenharia da Fundação Armando Álvares Penteado - FAAP - SP, iniciou sua carreira como engenheiro na Firpavi- Construtora e Pavimentadora S.A. Ingressou na Sondotécnica em Jun-1990 como Chefe do Setor de Licitações e Medições da Filial São Paulo; passando para Gerente de projetos (Set-1992 a Abr-1993); Gerente Comercial até 1998 e Consultor Permanente (de 1999 a 2005); é Diretor da Companhia desde Jul-2005, responsável pela área técnica da Filial São Paulo.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	18/05/2023	1 ano	19 - Outros Diretores	02/06/2023	Não	01/07/2005

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome: SHEILA BERGMAN **CPF:** 349.490.977-68 **Profissão:** Assistente Social **Data de Nascimento:** 05/09/1953

Experiência Profissional: Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal Fluminense (1977). Foi Estagiária no SESC - Serviço Social do Comércio (1975); Estagiária na COHAB - Companhia de Habitação (1976); Assistente Social na Fundação Real Grandeza - Furnas Centrais Elétricas (1977-1978). Desde 1987 atua como Psicoterapeuta de Casal e Família e Psicanalista com formação pela Escola Letra Freudiana. Foi eleita Conselheira do Conselho de Administração da Companhia em 21-11-2019.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração - Efetivos	28/04/2023	Até Assembleia Geral Ordinária de 2024.	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	28/04/2023	Não	21/11/2019

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

7.4 Composição dos comitês

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável.

7.5 Relações familiares

Nome	CPF	Nome empresarial do emissor ou controlada	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
Cargo				
<u>Administrador do emissor ou controlada</u>				
DANIEL BERGMAN	055.268.477-56	FABIO BERGMAN	33.386.210/0001-19	
Presidente do Conselho de Administração.				
<u>Pessoa relacionada</u>				
SHEILA BERGMAN	349.490.977-68	FABIO BERGMAN	33.386.210/0001-19	Avô ou Avó (2º grau por consanguinidade)
Conselheira.				
<u>Observação</u>				

<u>Administrador do emissor ou controlada</u>				
DANIEL BERGMAN	055.268.477-56	FABIO BERGMAN	33.386.210/0001-19	
Presidente do Conselho de Administração.				
<u>Pessoa relacionada</u>				
FABIO BERGMAN	082.820.237-01	FABIO BERGMAN	33.386.210/0001-19	Cunhado e Cunhada (2º grau por afinidade)
Conselheiro e Diretor Presidente.				
<u>Observação</u>				

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não existem relações a indicar.

7.7 Acordos/seguros de administradores

7.7 Descrever as disposições de quaisquer acordos, inclusive apólices de seguro, que prevejam o pagamento ou o reembolso de despesas suportadas pelos administradores, decorrentes da reparação de danos causados a terceiros ou ao emissor, de penalidades impostas por agentes estatais, ou de acordos com o objetivo de encerrar processos administrativos ou judiciais, em virtude do exercício de suas funções.

A Sondotécnica mantém apólice de Seguro de Responsabilidade Civil de Diretores e Administradores (D&O), junto à Berkley International do Brasil Seguros S.A., com cobertura para responsabilidade civil de administradores e diretores e riscos ambientais, com vigência de 16/04/2023 à 16/04/2024.

7.8 Outras informações relevantes

7.8 Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Não existem outras informações relevantes a divulgar

8.1 Política ou prática de remuneração

8.1 Descrever a política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos:

a) Objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado.

b) práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria, indicando:

- I. os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório, identificando de que forma participam.**
- II. critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos.**
- III. com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor.**

c) Composição da remuneração, indicando:

I. Descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles

- . seus objetivos e alinhamento aos interesses de curto, médio e longo prazo do emissor**
- . sua proporção na remuneração total nos 3 últimos exercícios sociais**
- . sua metodologia de cálculo e de reajuste**
- . principais indicadores de desempenho nele levados em consideração, inclusive, se for o caso, indicadores ligados a questões ASG**

II. Razões que justificam a composição da remuneração.

III. a existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato

d) existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos.

e) existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor.

A política de remuneração da Sondotécnica está alinhada com o que é praticado no mercado de consultoria de engenharia.

8.1 Política ou prática de remuneração

A remuneração é estabelecida com base em pesquisas de mercado e está diretamente relacionada com as funções e responsabilidades de cada membro do conselho e diretoria

Remuneração fixa: pró-labore (Conselho de Administração e Diretoria) com o objetivo de diferenciar e reconhecer refletindo o valor de cada cargo. Conselho de Administração e Diretoria: 100% remuneração fixa.

Participações nos lucros: dos lucros que remanescerem, depois de deduzidas as participações de que trata o artigo 33 do estatuto da companhia, será destacada uma cota de 10% (dez por cento) para participação dos Administradores, cujo rateio entre seus membros será decidido em reunião específica do Conselho de Administração observado o que dispõe o Art.152 e seus parágrafos, da Lei nº 6.404 de 15/12/76.

8.2 Remuneração total por órgão**Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2023 - Valores Anuais**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	3	5		8,00
Nº de membros remunerados	2	5		7,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	24.000,00	2.280.000,00		2.304.000,00
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00		0,00
Participações em comitês	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00		0,00
Participação de resultados	0,00	0,00		0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00		0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00		0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00		0,00
Observação				
Total da remuneração	24.000,00	2.280.000,00		2.304.000,00

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2022 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	3	5		8,00
Nº de membros remunerados	2	5		7,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	24.000,00	2.030.000,00		2.054.000,00
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00		0,00
Participações em comitês	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00		0,00
Participação de resultados	0,00	0,00		0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00		0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00		0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00		0,00
Observação				
Total da remuneração	24.000,00	2.030.000,00		2.054.000,00

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2021 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	3	5		8,00
Nº de membros remunerados	2	5		7,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	24.000,00	1.630.000,00		1.654.000,00
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00		0,00
Participações em comitês	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00		0,00
Participação de resultados	0,00	0,00		0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00		0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00		0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00		0,00
Observação				
Total da remuneração	24.000,00	1.630.000,00		1.654.000,00

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2020 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	3	4		7,00
Nº de membros remunerados	2	4		6,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	24.000,00	1.459.333,33		1.483.333,33
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00		0,00
Participações em comitês	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00		0,00
Participação de resultados	0,00	0,00		0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00		0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00		0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00		0,00
Observação				
Total da remuneração	24.000,00	1.459.333,33		1.483.333,33

8.3 Remuneração variável

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não há remuneração variável.

8.4 Plano de remuneração baseado em ações

8.4 Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente:

- a) termos e condições gerais
- b) data de aprovação e órgão responsável
- c) número máximo de ações abrangidas
- d) número máximo de opções a serem outorgadas
- e) condições de aquisição de ações
- f) critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício
- g) critérios para fixação do prazo de aquisição ou exercício
- h) forma de liquidação
- i) restrições à transferência das ações
- j) critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano
- k) efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

Não existe plano de remuneração dessa natureza.

8.5 Remuneração baseada em ações (Opções de compra de ações)

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não há remuneração baseada em ações.

8.6 Outorga de opções de compra de ações

8.6 Em relação à cada outorga de opções de compra de ações realizada nos 3 últimos exercícios sociais e previstas para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

- a) órgão
- b) número total de membros
- c) número de membros remunerados
- d) data de outorga
- e) quantidade de opções outorgadas
- f) prazo para que as opções se tornem exercíveis
- g) prazo máximo para exercício das opções
- h) prazo de restrição à transferência das ações recebidas em decorrência do exercício das opções
- i) valor justo das opções na data da outorga
- j) multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das opções na data da outorga

Não aplicável pela ausência de outorga de opções de compra de ações.

8.7 Opções em aberto

8.7 Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

- a) órgão**
- b) número total de membros**
- c) número de membros remunerados**
- d) em relação às opções ainda não exercíveis**

- I. quantidade**
- II. data em que se tornarão exercíveis**
- III. prazo máximo para exercício das opções**
- IV. prazo de restrição à transferência das ações**
- V. preço médio ponderado de exercício**
- VI. valor justo das opções no último dia do exercício social**

- e) em relação às opções exercíveis**

- I. quantidade**
- II. prazo máximo para exercício das opções**
- III. prazo de restrição à transferência das ações**
- IV. preço médio ponderado de exercício**
- V. valor justo das opções no último dia do exercício social**

- f) valor justo do total das opções no último dia do exercício social**

Não existem opções em aberto

8.8 Opções exercidas e ações entregues

8.8 Em relação às opções exercidas relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

- a) órgão**
- b) número total de membros**
- c) número de membros remunerados**
- d) número de ações**
- e) preço médio ponderado de exercício**
- f) preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas**
- g) multiplicação do total das opções exercidas pela diferença entre o preço médio ponderado de exercício e o preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas**

Não se aplica, pois não há remuneração baseada em ações.

8.9 Diluição potencial por outorga de ações

8.9 Em relação à remuneração baseada em ações, sob a forma de ações a serem entregues diretamente aos beneficiários, reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

- a) órgão**
- b) número total de membros**
- c) número de membros remunerados**
- d) diluição potencial em caso de outorga de todas as ações aos beneficiários**

Não existe remuneração baseada em ações.

8.10 Outorga de ações

8.10 Em relação à cada outorga de ações realizada nos 3 últimos exercícios sociais e previstas para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

- a) órgão
- b) número total de membros
- c) número de membros remunerados
- d) data de outorga
- e) quantidade de ações outorgadas
- f) prazo máximo para entrega das ações
- g) prazo de restrição à transferência das ações
- h) valor justo das ações na data da outorga
- i) multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga

Não há outorga de ações

8.11 Ações entregues

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não se aplica à Empresa.

8.12 Precificação das ações/opções

8.12 Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 8.5 a 8.11, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções, indicando, no mínimo:

- a) modelo de precificação
- b) dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco
- c) método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado
- d) forma de determinação da volatilidade esperada
- e) se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo

Não aplicável à Companhia.

8.13 Participações detidas por órgão

8.13 Participações detidas por órgão

Informar a quantidade de ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos, no Brasil ou no exterior, pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, que sejam detidas por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão

Administradores	Cargo	Ações Detidas Diretamente	Ações Detidas Indiretamente
Daniel Bergman	Presidente do Conselho de Administração	10.097	0
Sheila Bergman	Conselheira de Administração	1.325.257	765.724
Homero Valle de Menezes Côrtes	Diretor	9	0
Fabio Bergman	Diretor	10.006	0
Cristiano Cardoso	Diretor	0	0
Augusto Moreira	Diretor	0	0
José Antonio Mazzoco	Diretor	0	0
André Dias de Souza	Diretor	0	0
Total		1.345.369	201.920

8.14 Planos de previdência

8.14 Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários, fornecer as seguintes informações em forma de tabela:

- a) órgão**
- b) número total de membros**
- c) número de membros remunerados**
- d) nome do plano**
- e) quantidade de administradores que reúnem as condições para se aposentar**
- f) condições para se aposentar antecipadamente**
- g) valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores**
- h) valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores**
- i) se há a possibilidade de resgate antecipado e quais as condições**

A Companhia não possui planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários.

8.15 Remuneração mínima, média e máxima

Valores anuais

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração		
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020
Nº de membros	5	5	5	3	3	3
Nº de membros remunerados	5	5	5	2	2	2
Valor da maior remuneraçãoReal	70.000,00	60.000,00	50.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00
Valor da menor remuneraçãoReal	30.000,00	20.000,00	20.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00
Valor médio da remuneraçãoReal	38.000,00	28.000,00	26.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00

Observação

Diretoria Estatutária

Conselho de Administração

8.16 Mecanismos de remuneração/indenização

8.16 Descrever arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor.

A Companhia não dispõe de tais mecanismos.

8.17 Percentual partes relacionadas na remuneração

8.17 Percentual partes relacionadas na remuneração

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração		
Ano	2022	2021	2020	2022	2021	2020
Percentual	39%	41%	41%	100%	100%	100%

8.18 Remuneração - Outras funções

8.18 Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar os valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados.

Não houve nos 3 últimos exercícios sociais, valores reconhecidos no resultado da Companhia como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, por qualquer razão que não a função que ocupam.

8.19 Remuneração reconhecida do controlador/controlada

8.19 Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos.

Não houve, nos 3 últimos exercícios sociais, valores reconhecidos no resultado da Companhia de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal.

8.20 Outras informações relevantes

8.20 Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes.

Não há outras informações relevantes, além das já prestadas nos itens anteriores.

Audidores - 9.1/9.2 Identificação e Remuneração

Código CVM do Auditor	010324	
Razão Social	Tipo Auditor	CPF/CNPJ
BDO RCS AUDITORES INDEPENDENTES - SOCIEDADE SIMPLES	Juridica	54.276.936/0005-00
Data de contratação do serviço	Data de início da prestação de serviço	
25/03/2022	25/03/2022	
Descrição dos serviços prestados		
Auditoria de suas demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, incluindo respectivas informações contábeis trimestrais, para fins de CVM. As demonstrações contábeis serão preparadas de acordo com as normas brasileiras e internacionais de contabilidade (BR GAAP e IFRS).		
Montante total da remuneração dos auditores independentes, segregada por serviços, no último exercício social		
R\$ 102.000,00 (Cento e dois mil reais)		
Justificativa da substituição		
Rodízio obrigatório		
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa		
N/A		

.....

9.3 Independência e conflito de interesses dos auditores

9.3. Independência e conflito de interesses dos auditores

Caso os auditores ou pessoas a eles ligadas, segundo as normas de independência do Conselho Federal de Contabilidade, tenham sido contratados pelo emissor ou pessoas de seu grupo econômico, para prestar outros serviços além da auditoria, descrever a política ou procedimentos adotados pelo emissor para evitar a existência de conflito de interesse, perda de independência ou objetividade de seus auditores independentes

A Companhia não contratou seus auditores independentes ou pessoas a eles ligadas, para outros serviços além da auditoria.

9.4 Outras informações relevantes

9.4. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Não existem outras informações, além das consignadas nos itens anteriores, que a Companhia julgue relevantes.

10.1A Descrição dos recursos humanos

Quantidade de empregados por declaração de gênero

	Feminino	Masculino	Não binário	Outros	Prefere não responder
Liderança	4	7	0	0	0
Não-liderança	109	184	0	0	0
TOTAL = 304	113	191	0	0	0

Quantidade de empregados por declaração de cor ou raça

	Amarelo	Branco	Preto	Pardo	Indígena	Outros	Prefere não responder
Liderança	0	10	1	0	0	0	0
Não-liderança	6	252	20	15	0	0	0
TOTAL = 304	6	262	21	15	0	0	0

Quantidade de empregados por posição e faixa etária

	Abaixo de 30 anos	De 30 a 50 anos	Acima de 50 anos
Liderança	0	4	7
Não-liderança	69	148	76
TOTAL = 304	69	152	83

Quantidade de empregados por posição e localização geográfica

	Norte	Nordeste	Centro-Oeste	Sudeste	Sul	Exterior
Liderança	0	0	0	11	0	0
Não-liderança	0	0	0	293	0	0
TOTAL = 304	0	0	0	304	0	0

Quantidade de empregados por localização geográfica e gênero

	Feminino	Masculino	Não binário	Outros	Prefere não responder
Norte	0	0	0	0	0
Nordeste	0	0	0	0	0
Centro-Oeste	0	0	0	0	0
Sudeste	113	191	0	0	0
Sul	0	0	0	0	0
Exterior	0	0	0	0	0
TOTAL = 304	113	191	0	0	0

Quantidade de empregados por localização geográfica e cor ou raça

	Amarelo	Branco	Preto	Pardo	Indígena	Outros	Prefere não responder
Norte	0	0	0	0	0	0	0
Nordeste	0	0	0	0	0	0	0
Centro-Oeste	0	0	0	0	0	0	0
Sudeste	6	262	21	15	0	0	0
Sul	0	0	0	0	0	0	0
Exterior	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL = 304	6	262	21	15	0	0	0

Quantidade de empregados por localização geográfica e faixa etária

	Abaixo de 30 anos	De 30 a 50 anos	Acima de 50 anos
Norte	0	0	0
Nordeste	0	0	0
Centro-Oeste	0	0	0
Sudeste	69	152	83
Sul	0	0	0
Exterior	0	0	0
TOTAL = 304	69	152	83

10.1 Descrição dos recursos humanos

10. Recursos Humanos

10.1 Descrever os recursos humanos do emissor, fornecendo as seguintes informações

a) número de empregados, total e por grupos, com base na atividade desempenhada, na localização geográfica e em indicadores de diversidade, que, dentro de cada nível hierárquico do emissor, abranjam:

- I. identidade autodeclarada de gênero
- II. identidade autodeclarada de cor ou raça
- III. faixa etária
- IV. outros indicadores de diversidade que o emissor entenda relevantes

b) número de terceirizados (total e por grupos, com base na atividade desempenhada e na localização geográfica)

c) índice de rotatividade

Quantidade de empregados por declaração de gênero

	Feminino	Masculino	Não binário	Outros	Prefere não responder
Liderança	4	7	-	-	-
Não-liderança	109	184	-	-	-
Total	113	191	-	-	-

Quantidade de empregados por declaração de cor ou raça

	Amarelo	Branco	Preto	Pardo	Indígena	Outros	Prefere não responder
Liderança	-	10	1	-	-	-	-
Não-liderança	6	252	20	15	-	-	-
Total	6	262	21	15	-	-	-

Quantidade de empregados por posição e faixa etária

	Abaixo de 30 anos	de 30 a 50 anos	Acima de 50 anos
Liderança	-	4	7
Não-liderança	69	148	76
Total	69	152	83

10.1 Descrição dos recursos humanos

Quantidade de empregados por posição e localização geográfica

	Norte	Nordeste	Centro-Oeste	Sudeste	Sul	Exterior
Liderança	-	-	-	11	-	-
Não-liderança	-	-	-	293	-	-
Total	-	-	-	304	-	-

Quantidade de empregados por localização geográfica e gênero

	Feminino	Masculino	Não binário	Outros	Prefere não responder
Norte	-	-	-	-	-
Nordeste	-	-	-	-	-
Centro-Oeste	-	-	-	-	-
Sudeste	113	191	-	-	-
Sul	-	-	-	-	-
Exterior	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-

Quantidade de empregados por localização geográfica e cor ou raça

	Amarelo	Branco	Preto	Pardo	Indígena	Outros	Prefere não responder
	-	-	-	-	-	-	-
Norte	-	-	-	-	-	-	-
Nordeste	-	-	-	-	-	-	-
Centro-Oeste	-	-	-	-	-	-	-
Sudeste	6	262	21	15	0	0	0
Sul	-	-	-	-	-	-	-
Exterior	-	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-	-

Quantidade de empregados por localização geográfica e faixa etária

	Abaixo de 30 anos	de 30 a 50 anos	Acima de 50 anos
Norte	-	-	-
Nordeste	-	-	-
Centro-Oeste	-	-	-
Sudeste	69	152	83
Sul	-	-	-
Exterior	-	-	-
	-	-	-

10.2 Alterações relevantes

10.2. Comentar qualquer alteração relevante ocorrida com relação aos números divulgados no item 10.1 acima

Não houve alteração relevante ocorrida com relação aos números divulgados no item 10.1 acima.

10.3 Políticas e práticas de remuneração dos empregados

10.3 Descrever as políticas e práticas de remuneração dos empregados do emissor, informando:

a) política de salários e remuneração variável

A política de remuneração da Companhia está alinhada com o que é praticado no mercado de consultoria de engenharia no Brasil.

b) política de benefícios

Entre os benefícios oferecidos pela Sondotécnica a seus colaboradores estão assistência médica e odontológica e seguro de vida, além dos benefícios que são definidos em convenção coletiva.

c) características dos planos de remuneração baseados em ações dos empregados não-administradores, identificando:

- I. grupos de beneficiários
- II. condições para exercício
- III. preços de exercício
- IV. prazos de exercício
- V. quantidade de ações comprometidas pelo plano

A Companhia não possui planos de remuneração baseados em ações.

d) razão entre (i) a maior remuneração individual (considerando a composição da remuneração com todos os itens descritos no campo 8.2.d) reconhecida no resultado do emissor no último exercício social, incluindo a remuneração de administrador estatutário, se for o caso; e (ii) a mediana da remuneração individual dos empregados do emissor no Brasil, desconsiderando-se a maior remuneração individual, conforme reconhecida em seu resultado no último exercício social

A razão entre a maior remuneração individual, incluindo a remuneração de administrador estatutário e a mediana da remuneração individual dos empregados da Companhia, no ano de 2022, foi de 7,7.

10.4 Relações entre emissor e sindicatos

10.4 Descrever as relações entre o emissor e sindicatos, indicando se houve paralisações e greves nos 3 últimos exercícios sociais

O sindicato patronal da Sondotécnica é o SINAENCO, e a maioria dos colaboradores é filiada ao sindicato dos empregados da consultoria – SINTCON-RJ.

A Empresa segue as convenções coletivas de cada Estado em que atua e que podem ser encontradas no site do Sinaenco (www.sinaenco.com.br).

10.5 Outras informações relevantes

10.5 Outras informações relevantes

Não há.

11.1 Regras, políticas e práticas

11. Transações com partes relacionadas

11.1 Descrever as regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas, conforme definidas pelas regras contábeis que tratam desse assunto, indicando, quando houver uma política formal adotada pelo emissor, o órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

Não há uma política formal adotada pelo emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas.

11.2 Transações com partes relacionadas

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Item não aplicável à Companhia.

11.2 Itens 'n.' e 'o.'

11.2. Com exceção das operações que se enquadrem nas hipóteses do art. 3º, II, “a”, “b” e “c”, do anexo F, informar, em relação às transações com partes relacionadas que, segundo as normas contábeis, devam ser divulgadas nas demonstrações financeiras individuais ou consolidadas do emissor e que tenham sido celebradas no último exercício social ou estejam em vigor no exercício social corrente:

- n. medidas tomadas para tratar dos conflitos de interesses**
- o. demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado**

Item não aplicável à Companhia.

11.3 Outras informações relevantes

11.3 Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes.

12.1 Informações sobre o capital social

Tipo Capital	Capital Integralizado	
Data da autorização ou aprovação	Prazo de integralização	Valor do capital
10/06/2013		34.200.000,00
Quantidade de ações ordinárias	Quantidade de ações preferenciais	Quantidade total de ações
856.000	1.601.900	2.457.900
Capital social por classe de ações preferenciais		
Classe de ação preferencial	Quantidade de ações	
Preferencial Classe A	784.600	
Preferencial Classe B	817.300	

12.2 Emissores estrangeiros - Direitos e regras

12.2 Emissores estrangeiros devem descrever os direitos de cada classe e espécie de ação emitida e as regras de seu país de origem e do país em que as ações estejam custodiadas no tocante a:

- a. direito a dividendos
- b. direito de voto
- c. conversibilidade em outra classe ou espécie de ação, indicando:
 - i. condições
 - ii. efeitos sobre o capital social
- d. direitos no reembolso de capital
- e. direito a participação em oferta pública por alienação de controle
- f. restrições à circulação
- g. condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários
- h. possibilidade de resgate de ações, indicando:
 - i. hipóteses de resgate
 - ii. fórmula de cálculo do valor de resgate
- i. hipóteses de cancelamento de registro, bem como os direitos dos titulares de valores mobiliários nessa situação
- j. hipóteses em que os titulares de valores mobiliários terão direito de preferência na subscrição de ações, valores mobiliários lastreados em ações ou valores mobiliários conversíveis em ações, bem como das respectivas condições para o exercício desse direito, ou das hipóteses em que esse direito não é garantido, caso aplicável
- k. outras características relevantes

Não aplicável à Companhia.

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Companhia não tem outros valores mobiliários emitidos no Brasil que não sejam ações e que tenham vencido ou sido resgatados.

12.4 Número de titulares de valores mobiliários

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável.

12.5 Mercados de negociação no Brasil

- 12.5.** Indicar os mercados brasileiros nos quais valores mobiliários do emissor são admitidos à negociação

B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão

12.6 Negociação em mercados estrangeiros

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Companhia não possui valores mobiliários admitidos à negociação em mercados estrangeiros.

12.7 Títulos emitidos no exterior

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Companhia não possui títulos emitidos no exterior.

12.8 Destinação de recursos de ofertas públicas

12.8. Caso o emissor tenha feito oferta pública de distribuição de valores mobiliários nos últimos 3 exercícios sociais, indicar:

- a. como os recursos resultantes da oferta foram utilizados
- b. se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição
- c. caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios

A Companhia não fez oferta pública de distribuição de valores mobiliários nos últimos 3 exercícios sociais.

12.9 Outras informações relevantes

12.9. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes.

13.0 Identificação

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário

Cargo do responsável

FABIO BERGMAN

Diretor Presidente/Relações com Investidores

13.1 Declaração do diretor presidente

DECLARAÇÃO DO DIRETOR PRESIDENTE E DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

PARA FINS DO ITEM 13.1 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

Fabio Bergman, brasileiro, casado, engenheiro civil, inscrito no CREA/RJ sob o n.º 200155969-0 e no CPF sob o n.º 082.820.237-01, residente e domiciliado na cidade e estado do Rio de Janeiro, com endereço comercial Rua Voluntários da Pátria, 45, 8º e 9º andares, Botafogo, Rio de Janeiro, RJ, CEP 22270-900, na qualidade de Diretor Presidente e de Diretor de Relações com Investidores da Sondotécnica Engenharia de Solos S.A., sociedade por ações, com sede na cidade e estado do Rio de Janeiro, Rua Voluntários da Pátria, 45, 8º e 9º andares, Botafogo, Rio de Janeiro, RJ, CEP 22270-900, inscrita no CNPJ sob o nº 33.386.210/0001-19 ("Companhia"), para fins do item 13.1 do Formulário de Referência, declara que:

- a. reviu o Formulário de Referência da Companhia;
- b. todas as informações contidas no Formulário de Referência atendem ao disposto na Resolução CVM nº 80, em especial aos arts. 15 a 20; e
- c. as informações nele contidas retratam de modo verdadeiro, preciso e completo as atividades do emissor e dos riscos inerentes às suas atividades.

Fabio Bergman

Diretor Presidente e de Relações com Investidores

13.2 Declaração do diretor de relações com investidores**DECLARAÇÃO DO DIRETOR PRESIDENTE E DIRETOR DE RELAÇÕES COM
INVESTIDORES****PARA FINS DO ITEM 13.2 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA**

Fabio Bergman, brasileiro, casado, engenheiro civil, inscrito no CREA/RJ sob o n.º 200155969-0 e no CPF sob o n.º 082.820.237-01, residente e domiciliado na cidade e estado do Rio de Janeiro, com endereço comercial Rua Voluntários da Pátria, 45, 8º e 9º andares, Botafogo, Rio de Janeiro, RJ, CEP 22270-900, na qualidade de Diretor Presidente e de Diretor de Relações com Investidores da Sondotécnica Engenharia de Solos S.A., sociedade por ações, com sede na cidade e estado do Rio de Janeiro, Rua Voluntários da Pátria, 45, 8º e 9º andares, Botafogo, Rio de Janeiro, RJ, CEP 22270-900, inscrita no CNPJ sob o nº 33.386.210/0001-19 ("Companhia"), para fins do item 13.1 do Formulário de Referência, declara que:

- a. reviu o Formulário de Referência da Companhia;
- b. todas as informações contidas no Formulário de Referência atendem ao disposto na Resolução CVM nº 80, em especial aos arts. 15 a 20; e
- c. as informações nele contidas retratam de modo verdadeiro, preciso e completo as atividades do emissor e dos riscos inerentes às suas atividades.

Fabio Bergman

Diretor Presidente e de Relações com Investidores

13.3 Declaração do diretor presidente/relações com investidores**DECLARAÇÃO DO DIRETOR PRESIDENTE E DIRETOR DE RELAÇÕES COM
INVESTIDORES****PARA FINS DO ITEM 13.3 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA**

Fabio Bergman, brasileiro, casado, engenheiro civil, inscrito no CREA/RJ sob o n.º 200155969-0 e no CPF sob o n.º 082.820.237-01, residente e domiciliado na cidade e estado do Rio de Janeiro, com endereço comercial Rua Voluntários da Pátria, 45, 8º e 9º andares, Botafogo, Rio de Janeiro, RJ, CEP 22270-900, na qualidade de Diretor Presidente e de Diretor de Relações com Investidores da Sondotécnica Engenharia de Solos S.A., sociedade por ações, com sede na cidade e estado do Rio de Janeiro, Rua Voluntários da Pátria, 45, 8º e 9º andares, Botafogo, Rio de Janeiro, RJ, CEP 22270-900, inscrita no CNPJ sob o nº 33.386.210/0001-19 ("Companhia"), para fins do item 13.1 do Formulário de Referência, declara que:

- a. reviu o Formulário de Referência da Companhia;
- b. todas as informações contidas no Formulário de Referência atendem ao disposto na Resolução CVM nº 80, em especial aos arts. 15 a 20; e
- c. as informações nele contidas retratam de modo verdadeiro, preciso e completo as atividades do emissor e dos riscos inerentes às suas atividades.

Fabio Bergman

Diretor Presidente e de Relações com Investidores